

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 10 março 2003

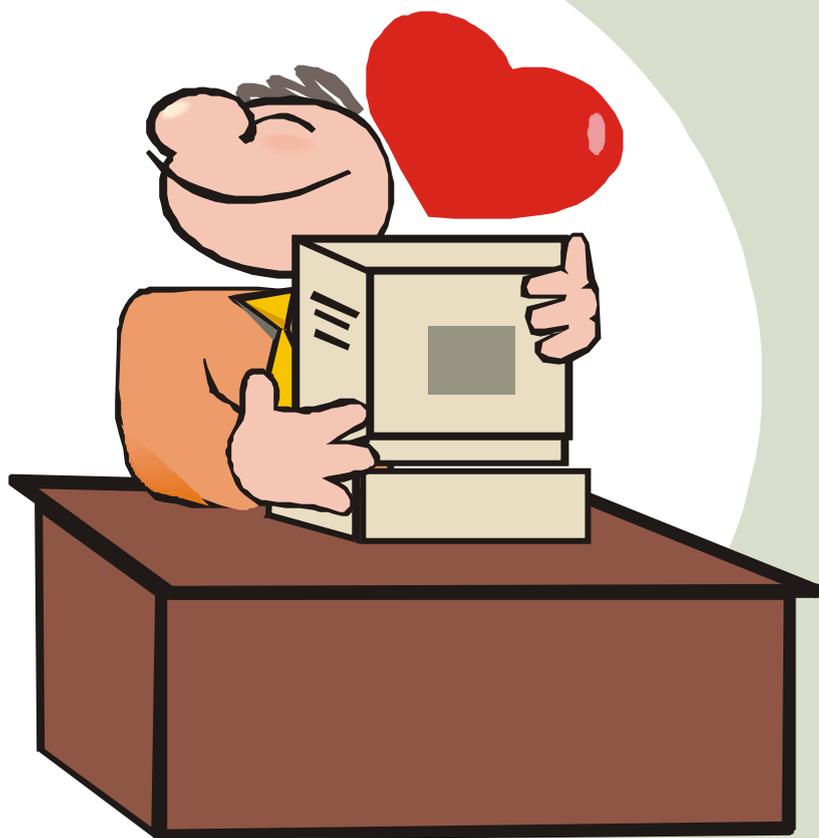


PRIMEIRA REGIÃO EMPOSSA
45 NOVOS JUÍZES FEDERAIS

PGQVT

Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho

O equilíbrio
entre trabalho
e qualidade de vida
na 1ª Região



Promovendo o crescimento individual e
coletivo dos magistrados e
dos servidores.

www.trf1.gov.br/setoriais/pgqvt

Novos tempos no Poder Judiciário

A Primeira Região realiza concurso para a magistratura federal há nove anos e nunca foi empossado um número tão considerável de juizes com idade entre 20 e 30 anos. A posse de juizes é um evento a merecer grande destaque numa publicação institucional, por isso trouxemos nesta edição, às páginas 18, 19 e 20, a cobertura da solenidade e do jantar em homenagem aos empossados, além de noticiar sobre o curso de formação para os novos magistrados, realizado pela Escola da Magistratura Federal da Primeira Região-Esmaf.

Em árduos tempos de guerra e de muitas atribuições na vida cotidiana, temos, no Tribunal, a demonstração de um trabalho voluntário exemplar, que vem sendo desenvolvido por servidoras inativas da instituição para ações relativas à qualidade de vida no trabalho e a cerimoniais. Além disso, há colegas que oferecem missas para aqueles que se foram e deixaram saudades pela simpatia e profissionalismo.

Divulgamos, também, a palestra de Avaliação de Desempenho, promovida pela Direh, conforme a Resolução n. 235, de 17 de maio de 2002, orientando os dirigentes sobre como avaliar os servidores que estão em estágio probatório.

Não deixamos de lado assunto importantíssimo que está emergindo a todo vapor, que são os Juizados Especiais Federais, e expusemos a opinião de dois juizes federais.

Os editores

Sumário

Tribunal tem novo Secretário-Geral, Cel Mário José de Santana, desde o dia 28 de fevereiro p. 5

Juizes federais substitutos tomam



posse e fazem curso de formação organizado pela Escola da Magistratura Federal-Esmaf pp. 18, 19,20

O Juiz Federal João Carlos Mayer e a Juíza Luciana Pinheiro Costa dão o seu ponto de vista sobre os juizados especiais federais p. 24

Direh realiza a palestra "Avaliação de Desempenho", iniciada por apresentação de servidor, com voz e violão p. 17



PRESIDENTE

Catão Alves

VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

CORREGEDOR-GERAL

Aloisio Palmeira Lima

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amilcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Cel. Mário José de Santana Filho

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes, Lucimar de Melo e

Marcela Correia

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes, Lúcia

Mendonça, Lucimar de Melo, Marcela

Correia, Márcia Murça Barroso, Marília

Maciel Costa, Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS

Flávio Prudente, José Alexandre de Souza

e Juliana Corrêa

DIAGRAMAÇÃO e PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Carlos Rodrigues, Magnaldo Timo,

Luiz Augusto Cals e Luiz Carlos

Xavier

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br

sejor@trf1.gov.br



Cartas e e-mails

Críticas e sugestões: sejour@trf1.gov.br

Os servidores que integram a Surip parabenizam a Ascom pelo fato de a Revista Destaque do mês de fevereiro do corrente ano ter divulgado no setor “Comportamento”, o tema “assédio moral”, tendo em vista que o assunto é de enorme significância para os dias atuais, quando é imperativo, principalmente, no ambiente de trabalho, um relacionamento humano e saudável, que traz conseqüências louváveis na qualidade de vida, saúde e trabalho, com grandes reflexos na sociedade como um todo, destinatária final dos trabalhos desempenhados neste Tribunal.



Missa de Sétimo Dia

Os funcionários do gabinete do Desembargador Federal Eustáquio Silveira ofereceram Missa de Sétimo Dia em homenagem ao servidor Edson Luis Santana, no dia 10 de março, às 17h30min, no Salão Nobre do Edifício-Sede. A Missa foi celebrada pelo Frei Janusz Danecki, da Ordem dos Frades Menores Conventuais. Magistrados, servidores e amigos estiveram presentes.



Índios Yanomamis visitam Desembargador Federal

Um grupo de índios yanomamis esteve no Gabinete do Desembargador Federal Antônio Ezequiel (foto), relator do processo que trata de demarcação de terras em área dos indígenas no município de Ajarani, em Roraima. Eles viajaram mais de quatro mil quilômetros, de Roraima até Brasília, para um encontro com o Desembargador.



Os índios e a ONG Pró-Yanomamis pedem que a 5ª turma do TRF julgue o mais rápido possível o processo que poderá decidir pela permanência ou não de 27 fazendeiros em terras yanomamis. Os índios alegam que o homem branco, além de ocupar área indígena, leva mazelas para as três aldeias existentes na região de Ajarani, como bebida alcoólica por exemplo.

O Desembargador Federal Antônio Ezequiel disse que o processo será levado a julgamento ainda no primeiro semestre deste ano.

Representante dos Magistrados no Conselho Deliberativo do Pro-Social

De acordo com a Portaria/Presi n. 273, de 06.03.2003, o Vice-Presidente do Tribunal Carlos Fernando Mathias, no exercício da Presidência, designou o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian para representar os magistrados no Conselho Deliberativo do Pro-Social no período de dois anos. A indicação do Desembargador Federal foi aprovada na Sessão da Corte Especial Administrativa realizada no dia 27/02/2003.

Tribunal tem novo Secretário-Geral

Foi empossado, no último dia 28 de fevereiro, como Secretário-Geral da Presidência, o Cel. Mário José de Santana Filho, Ex-Diretor da Subsecretaria de Administração Financeira e Patrimonial (Suafi) do Tribunal. A solenidade de posse aconteceu no Salão Nobre, localizado no Edifício-Sede, e contou com a participação de magistrados, dirigentes e servidores da Casa e de militares, parentes e amigos do empossando.

Na ocasião, o Presidente Catão Alves fez um breve discurso ressaltando as qualidades do novo Secretário-Geral: “É ponderado, é amigo e é ótimo conselheiro. Com galhardia e sempre tratando bem a todos desempenhará a nova missão”, afirmou.

O Cel. Mário José de Santana Filho também aproveitou o momento para pronunciar algumas palavras e afirmou que trabalhará com ética, moralidade e lealdade. “Como Coronel aviador sempre voei alto e, agora, farei o possível para manter no alto o nome do Tribunal e da Justiça de nosso País”, revelou.

Ao final do evento, a servidora Neuza Maria Gomes Ortiz, em nome da Suafi, entregou uma placa ao Cel. Mário pelo trabalho prestado naquela Subsecretaria.

Foto 1, o Secretário-Geral, Cel. Mário de Santana, e o Presidente Catão Alves. Foto 2, o Diretor-Geral, Alcides Diniz, o Desembargador Federal Antônio Sávio e o empossado



Dica da Secre

Licença para capacitação

A licença para capacitação, de que trata o art. 87 da Lei nº 8.112/90, é regulamentada no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau pela Resolução nº 269-CJF, de 06/08/2002.

Após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal, o servidor poderá, no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional. Não sendo computadas para o período aquisitivo as ausências que não forem consideradas como de efetivo exercício.

Durante o período de licença, o servidor receberá apenas a remuneração de seu cargo efetivo, mesmo quando for titular de função comissionada ou cargo em comissão.

É vedada a concessão dessa licença ao servidor titular, exclusivamente, de cargo em comissão, ou seja, sem vínculo com a Administração Pública.

Os custos decorrentes da participação em eventos de capacitação profissi-

onal, nos termos da Resolução supra, são de exclusiva responsabilidade do servidor.

O requerimento de licença para capacitação deverá ser apresentado à autoridade competente no seu órgão de origem, com antecedência mínima de 30 dias do seu início, instruído com o conteúdo programático expedido pela instituição promotora, contendo a carga horária e o período de realização e, ainda, a manifestação fundamentada da chefia imediata.

Quando a licença para capacitação se destinar a pesquisas e levantamento de dados necessários à elaboração de trabalhos para conclusão de curso de pós-graduação ou, ainda, a atividades cuja natureza impossibilite a emissão dos documentos citados acima, o servidor deverá mencionar tal situação quando do requerimento inicial, apresentando comprovante de matrícula.

No prazo máximo de 30 dias do término da atividade, o servidor deverá apresentar comprovante de frequência no curso ou certificado de conclusão e,

a critério da Administração, relatório circunstanciado.

O servidor requisitado deverá requerer a concessão da licença no seu órgão de origem, após prévia manifestação do órgão cessionário quanto à oportunidade e conveniência.

A licença para capacitação poderá ser parcelada em períodos mínimos de cinco dias e será concedida pelo tempo correspondente à duração do evento, que não poderá exceder ao período de três meses.

Os períodos de licença para capacitação não são acumuláveis, somente podendo ser gozados durante o quinquênio subsequente ao da aquisição.

O servidor poderá requerer, em situações excepcionais devidamente justificadas, a suspensão da licença, sem perder o direito ao gozo do período restante.

Gilberto Pereira Ramos

Encarregado da Seção de Legislação e Jurisprudência-Seleção/Dilep

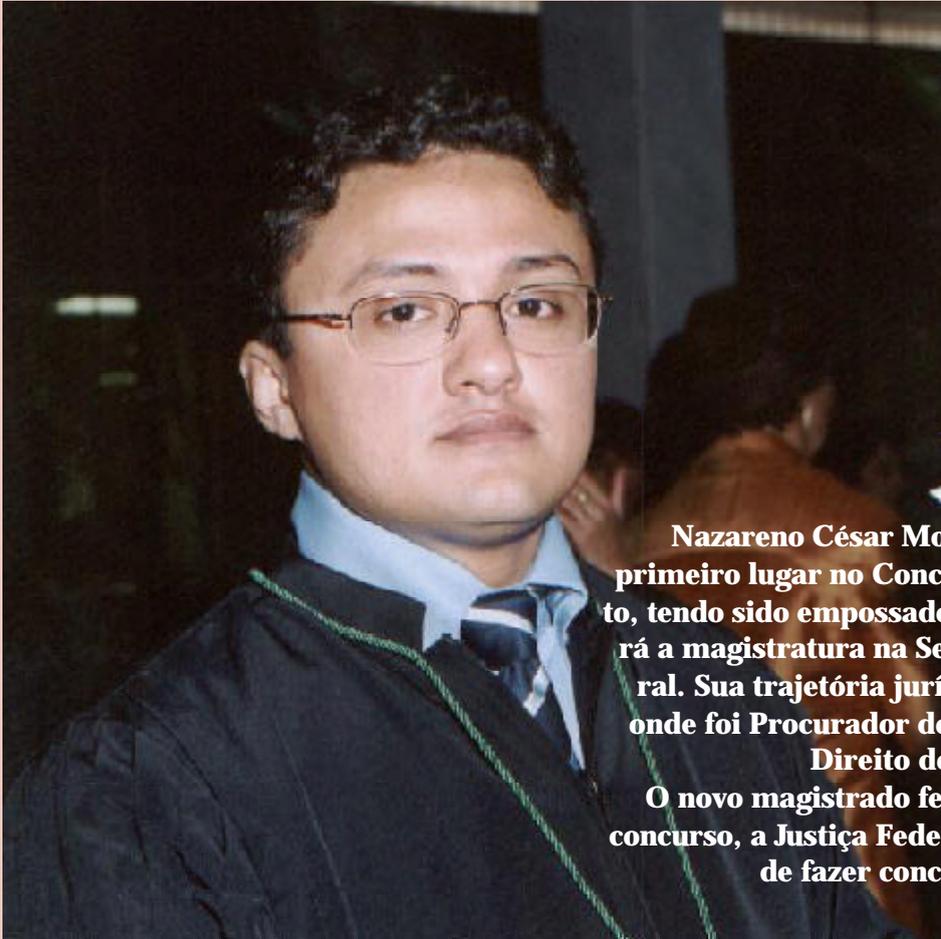


ENTREVISTA: NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS

DISCIPLINA E VONTADE

Como ser o 1º colocado no concurso para magistratura federal

Por Lucimar Nunes de Melo



Nazareno César Moreira Reis, 27 anos, passou em primeiro lugar no Concurso para Juiz Federal Substituto, tendo sido empossado no dia 17 de fevereiro, e exercerá a magistratura na Seção Judiciária do Distrito Federal. Sua trajetória jurídica teve início em Recife/PE, onde foi Procurador do INSS, além de ter sido Juiz de Direito do Estado do Piauí.

O novo magistrado federal nos fala sobre a carreira, o concurso, a Justiça Federal e dá dicas para quem pretende fazer concurso na área jurídica.

O que mais atraiu o Sr. na carreira de magistrado federal?

Sem dúvida, a possibilidade de ser socialmente útil. Poucas carreiras terão sido tão importantes como a de magistrado ao longo da História. É muito gratificante poder fazer eficaz uma ordem jurídica justa e contribuir, pessoalmente, para o aperfeiçoamento do processo civilizatório pelo qual passamos, especialmente no Brasil contemporâneo. No caso particular da magistratura federal, a escolha deve-se a aspectos ligados à matéria de que se cuida neste ramo do Judiciário – que me atrai bastante – e à própria carreira em si, que é das mais respeitáveis e belas.

Isso é um sonho antigo ou uma decisão que fluiu com a experiência de vida?

Há bastante tempo que penso em ser Juiz Federal. É um sonho antigo.

Qual a sua opinião sobre o curso de formação para magistrados?

O Curso foi excelente, tanto sob o aspecto da integração entre os colegas, como sob o ângulo profissional, já que ali tivemos aulas memoráveis de Direito e de como ser um magistrado sintonizado com o seu tempo.

Considera as informações recebidas importantes para o exercício

da judicatura?

Sim. As informações que nos foram passadas, notadamente para mim sobre os Juizados Especiais Federais, serão extremamente úteis no exercício diário das atividades profissionais.

O que um juiz federal recém-empossado teria a dizer ao cidadão que busca a Justiça hoje?

Trabalharemos arduamente para oferecer-lhe a Justiça que todos merecemos.

Há alguma diferença entre a atuação de um juiz de direito e a de um juiz federal? Em que sentido?

Há bastante diferença. Eu fui Juiz de Direito no Piauí e trabalhei (como Procurador do INSS) alguns anos perante a Justiça Federal de primeira e segunda instâncias, em Pernambuco, e pude constatar profundas diferenças entre estes dois ramos da Justiça Comum. A Justiça Estadual cuida de questões, digamos, “moleculares”, ao passo que a Justiça Federal, no Brasil, ocupa-se de problemas mais amplos, digamos, “orgânicos”. Por essa razão temos, aqui na Justiça Federal, muitas matérias repetidas, pois na verdade as causas individuais, quase todas, são resultado de medidas governamentais amplas, cujos reflexos particulares nada mais são do que espectros reduzidos de um fenômeno maior. Num sentido bastante amplo, considerando que a Justiça representa sempre um ponto de equilíbrio de forças, podemos dizer que a Justiça Estadual cuida do equilíbrio entre os indivíduos, ao passo que a Justiça Federal propõe-se a equilibrar a relação Estado-cidadão. Se meditarmos sobre o fato de que a União e as demais entidades jurisdicionadas pela Justiça Federal, historicamente detêm maior peso político e econômico nas decisões do País, facilmente perceberemos porque os “macroproblemas” jurídicos são ordinariamente resolvidos pela Justiça Federal. Está claro, porém, que ambas as Justças (a Estadual e a Federal), por comporem a Justiça ordinária, isto é, não-especializada, têm em comum o fato de serem o grande desaguadouro das tensões sociais.

O que o Sr. acha dos Juizados Especiais Federais e da sua atuação até o momento?

Os Juizados Especiais Federais, como disseram e comprovaram vários dos nossos instrutores durante o Curso de Formação, são o futuro da Justiça. A tendência do mundo moderno é da “massificação”, inclusive quanto aos conflitos que chegam à Justiça. Em breve, teremos cada vez mais e mais ações judiciais que exi-

gem respostas cada vez mais aceleradas e é evidente que o aparato judicial tradicional, que deverá continuar a existir somente para questões mais complexas, não oferece soluções adequadas para os “conflitos de massa”.



“

A transparência é algo sempre bom para a democracia. Quanto mais o povo souber o que fazem os juízes, como eles trabalham, como estão julgando, tanto melhor para todos.

”

Por outro lado, pequenas querelas, mesmo não massificadas, se forem submetidas aos procedimentos tradicionais de prestação de Justiça, muitas vezes tornam-se verdadeiros tormentos para quem precisa de uma solução urgente, simples e eficaz. É certo que os Juizados Federais ainda não têm a estrutura que o serviço reclama, mas temos certeza de que há um clima ge-

neralizado de empenho em modificar esta situação, particularmente na administração do nosso Tribunal, portanto será uma questão de tempo.

Quase 90% dos 45 aprovados no concurso têm idade entre 20 e 30 anos. Magistrados mais jovens contribuem de que forma para os trabalhos da Justiça?

Como vantagem, os magistrados mais jovens, por terem vivido menos, presumivelmente apresentaram uma importante característica: pouco ou nenhum apego ao passado, o que pode lhes permitir uma visão nova de certas questões. Só que vantagens presumidas nem sempre se verificam na prática: há juízes jovens que são já envelhecidos nas idéias, e há juízes encanecidos que têm uma admirável flexibilidade mental. Tudo varia muito segundo o aspecto pessoal.

A imprensa tem divulgado maciçamente o trabalho do Judiciário. O que o Sr. acha disso?

A transparência é algo sempre bom para a democracia. Quanto mais o povo souber o que fazem os juízes, como eles trabalham, como estão julgando, tanto melhor para todos. É preciso, porém, que haja redobrado cuidado da imprensa na divulgação dos fatos; qualquer distorção, nesse campo, pode ser desastrosa. O respeito à instituição nunca deve ser esquecido.

O que o Sr., aprovado em primeiro lugar, teria a dizer a uma pessoa interessada em fazer concurso na área jurídica hoje?

Bem, eu tenho a dizer que o primeiro passo é escolher a carreira que se quer seguir, e, a partir de então, travar as batalhas nos concursos, com as duas únicas armas que são necessárias: disciplina no estudo e vontade de passar na prova. É claro que deve haver também um pouco de sorte, que é resultado da fé que se tem nos próprios esforços.



Hora de acertar as contas com o Leão



Até o dia 30 de abril os contribuintes poderão fazer a declaração do imposto de renda sem multa. Quem totalizou, no ano de 2002, rendimento acima de R\$12.696,00 está obrigado a declarar. Os formulários de papel já começaram a ser distribuídos nos postos da Receita e nas agências dos Correios, mas só poderão ser entregues nos Correios, a um custo de R\$2,50 pela postagem da declaração.

Por meio do site www.receita.fazenda.gov.br é possível fazer o download do programa. A declaração pode ser enviada pela própria Internet (até às 20h do dia 30/04) ou por disquete, que deve ser entregue em uma das agências da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil.

Ao optar pelo formulário completo ou simplificado, é importante o contribuinte prestar atenção em alguns detalhes, porque na declaração simplificada é possível abater até 20% sem a apresentação de comprovantes de despesas. Para fazer a declaração simplificada, além de contar com o formulário *on line*, o contribuinte conta, também, com o Receitafone (0300-78-0300). Pelo uso deste sistema, serão cobrados R\$0,69 pela ligação feita por celular e R\$0,29 pela realizada por telefone fixo. Vale ressaltar que somente poderá apresentar a declaração simplificada pelo sistema *on line* ou por telefone a pessoa física que, cumulativamente: detinha, em 31 de dezembro de 2002, a posse ou propriedade de bens ou direitos de va-

lor total não-superior a R\$ 20.000,00; fizer a opção pelo desconto simplificado de 20% dos rendimentos tributáveis, limitado a R\$ 9.400,00; não passou à condição de residente no Brasil em 2002; não deseja incluir em sua declaração os rendimentos, bens e direitos de seus dependentes obrigados a apresentar a Declaração de Ajuste Anual.

É importante lembrar também que, com a correção da tabela de 17,5%, o parâmetro salarial de isenção do IR subiu de R\$900,00 para R\$1.057,50. Quem recebeu de R\$1.057,51 a R\$2.115,00 está sujeito à alíquota de 15%. Acima de R\$2.115,00, a incidência do imposto foi de 27,5%. Antes, a alíquota mais alta incidia sobre os rendimentos de quem ganhava mais de R\$1.800,00.

A exemplo dos anos anteriores, a Receita não prorrogará o prazo de entrega da declaração.

Atenção! Se você é brasileiro e recebeu mais de R\$12.696,00 em 2002, a título de salário, aposentadoria, pensões, aluguéis ou atividade autônoma, você é obrigado a declarar

Deduções:

- ♦ Contribuições à previdência oficial
- ♦ Contribuições à previdência privada: em nome do contribuinte e de seus dependentes. A dedução está limitada a 12% do total de rendimentos tributáveis
- ♦ Dependentes: poderão ser deduzidos gastos anuais individuais de até R\$1.272,00
- ♦ Instrução: o limite individual de dedução é de R\$1.998,00. Não podem ser deduzidos gastos com material, transporte escolar, aquisição de livros, uniforme, cursos para concursos ou cursos de idiomas, aulas particulares, de música, dança, ginástica, informática, dicção, corte e costura ou passagens e estadas para quem estuda no Brasil ou exterior.
- ♦ Despesas Médicas: atendimentos realizados por médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, e com exames laboratoriais e serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.
- ♦ Pensão alimentícia judicial: não pode ser deduzida a pensão paga informalmente.

Pro-Social

O Pro-Social, por meio da Divaf, informa a todos os beneficiários que foi disponibilizada a Declaração para Dedução do Imposto de Renda-Pessoa Física, Ano Base 2002. Para se ter acesso à Declaração, devem ser realizados os seguintes procedimentos:

SISTEMAS DO TRF-1ª REGIÃO ⇒ PRO-SOCIAL ⇒ CONSULTAS ⇒ IMPOSTO DE RENDA ⇒ IMPRIMIR

Para maiores informações, entrar em contato com Lúcia, ramal 425.

Administração descentralizada

Considerações sobre a rotatividade no poder

Augusto de Queiroz Lima*

Há ainda um grande desafio a ser vencido na mentalidade dos dirigentes públicos, principalmente no que concerne à falta de uma regular movimentação dos cargos comissionados e das funções de confiança, os chamados cargos executivos de alta gerência (aqui compreendidos também os de gerenciamentos operacionais), considerados *ad nutum*, ou seja, admissíveis e demissíveis pela conveniência da Administração.

Se concordarmos que um governo totalitário caracteriza-se pela centralização de poderes políticos e administrativos, por períodos indefinidos de tempo, e que tem a natureza de desconsiderar as partes (pessoas) pelo todo (administração), seremos inclinados a concluir que esse governo estacionário é inerte e fadado ao empobrecimento, pois, onde houver concentração de poder, haverá situações de desprestígio pessoal.

Quando Sir Karl R. Popper escreveu sua primorosa obra *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, em 1943, quis, entre outras coisas, evidenciar que o poder não deve concentrar-se por períodos acima de 5 (cinco) anos. Seu estudo constatou grandes aberrações em governos, sobretudo porque se perpetuavam indefinidamente no poder.

Contrariando a visão tradicional da História da Humanidade, Popper defendeu que esta não obedecia a nenhuma trajetória previamente conhecida. Pelo contrário, todos os avanços e recuos foram possíveis, a cada momento, devido à dinâmica da mudança, do eterno *vir-a-ser* que há em tudo e em todos, e, sobretudo, pelo combate a todas as formas de totalitarismo.

A Administração Pública atual não está imune dessa consideração totalitária, se detectamos facilmente focos de gerências que se perpetuam por 8 (oito), 18 (dezoito), ...anos, ininterruptamente.

O que há de novo quando falamos em paradigma da administração pública atual? O modelo de administração, hoje, objetiva uma certa variação das hierarquias formais. Ou seja, descentralização administrativa, com mais participação de todos, mais reconhecimento do talento individual, mais aber-

tura, mais transparência, mais diálogo e menos grupos seletos, menos conluios, menos celebridades, menos primazias, menos privilégios.

Não se trata de ingenuamente pregarmos uma espécie de anarquismo (1), com a abolição das vinculações hierárquicas. Se necessária a figura do chefe, mas que seja dentro de um padrão inteligente de rotatividade, onde hajam oportunidades para todos os iguais que também pelem no mesmo grau de profissionalismo. Afinal de contas, não existe concurso para chefia. Há, sim, salutar concorrência de valores que, cooperando entre si, de uma forma racional e participativa, candidatam-se automaticamente para assumir maiores responsabilidades.

Precisamos compreender que, na prática, sem expectativa de mudança, é difícil para um subordinado que não consegue coadunar-se com as diretivas pessoais do seu chefe ter que desenvolver suas atribuições por longos e indefinidos anos, possuindo apenas a tênue esperança de que um dia haverá mudança. Se, pelo contrário, tal subalterno sabe que sua chefia é passageira e que ela fatalmente mudará num razoável período de tempo, comportar-se-á, então, com mais serenidade e terá mais chances de conseguir entrosamento com o superior indesejado. É nossa obrigação mencionar que a gestão de má chefia consegue desequilibrar até excelentes profissionais, conforme valiosos estudos de Manzoni e Barsoux (2).

Não é o caso de rechaçarmos uma ou outra gerência, uma vez que partimos do princípio que todo administrador é bom, mesmo tendo características próprias que nem sempre são aceitas por todos, além do que cada um deve ter oportunidades para desenvolver seu trabalho. A prevenção, no entanto, é para que não ocorra, por tempo demorado, alguém dispondo de força ou autoridade, de grande influência ou poder sobre outros. O poder, se exercido por muito tempo, corrompe até o melhor dos bem-intencionados. O psicanalista Raymundo de Lima(3) resume muito bem o comportamento doentio que advém, quando afirma que

“uma vez no poder, o sujeito precisará de **personas** (máscaras) e **molduras** de sobrevivência. A *persona* serve para enganar a si e aos outros. A moldura é algo necessário para delimitar simbolicamente a ação dele enquanto representante do poder. A ausência de moldura ou o seu mau uso fará irromper a força pulsional do sujeito que anseia por mais e mais poder, podendo vir a se tornar uma patologia psíquica. A história coleciona exemplos: Hitler, Stalin, Mobutu, Collor de Melo, Pol Pot, Idi Amim, etc.”

Na Administração Pública, as funções e cargos de confiança já tiveram seu auge na farra para engordar salários. E muitos se beneficiaram disso ao incorporarem a seus vencimentos verdadeiras somas consideráveis de valor. No entanto, com um sutil empurrão do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, a Lei nº 9.527/97(4), em seu art. 15, extinguiu a ferramenta de incorporação das funções de direção, restringindo essencialmente o artigo 62(5) da Lei nº 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Cíveis da União). Sua meta principal foi pôr termo ao inchamento de salários e trazer à luz o fato de que, sendo essas funções de caráter passageiro, devem ter também remuneração passageira. Na versão anterior, o artigo 62, em seu § 2º, assim se expressava: “A gratificação prevista neste artigo incorpora-se à remuneração do servidor e integra o provento da aposentadoria, na proporção de 1/5 (um quinto) por ano de exercício na função de direção, chefia ou assessoramento, até o limite de 5 (cinco) quintos.”

Apesar de não haver mais essa incorporação e, salvo raras rejeições, as chefias são sempre muito bem-vindas, seja pelo caráter acumulativo na remuneração, como pelo prestígio e experiência profissionais advindos do seu exercício.

***Filósofo, servidor público federal, matrícula nº3/138, atuando na Biblioteca da Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas.**

1. Teoria política fundada na convicção de que todas as formas de governo interferem injustamente na liberdade individual, e que preconiza a substituição do Estado pela cooperação de grupos associados (Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999);

2. Manzoni, Jean-François; Barsoux, Jean-Louis. **Como ótimos chefes fazem grandes profissionais falharem**. Ed. Campus, 2003;

3. <http://www.espacoacademico.com.br/08ray.htm>

4. Lei nº 9.527/97 (DOU de 11.12.97), conversão da MP nº 1.575/97;

5. Art. 62 - “Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.”



Comportamento

Os efeitos do arrependimento

Não há muito tempo que se vêm estudando os efeitos gerados pelo sentimento de culpa por ter-se feito ou ter-se deixado de fazer algo no passado. Essa sensação de culpa, misturada à de perda, leva ao arrependimento. Pesquisas revelam que o impacto emocional desse sentimento pode ser tão forte, que pode ser alterado o comportamento e prejudicada consideravelmente a saúde, principalmente quando ele acompanha a pessoa pelo resto de sua vida.

Com o amadurecimento, as pessoas tendem a repensar seus atos e aí se tornam vulneráveis ao arrependimento e a seus efeitos. Sintomas como insônia, ansiedade e depressão surgem e podem causar estragos na saúde de quem é um eterno arrependido.

Se o sentimento vem de uma forma branda e passageira, devido a situações reversíveis geradas por atitudes impensadas, pode trazer benefícios às pessoas, pois estas buscarão melhorar suas vidas com novas atitudes e poderão aperfeiçoar-se. Imagine-se um estudante que não se dedicou o suficien-

te e foi reprovado. O sentimento apenas o fará estudar, e ele será beneficiado com isso.

Porém, se a situação criada por ter-se agido impulsivamente é impossível de ser modificada, o arrependimento pode surgir de forma arrebatadora, levando a vítima, às vezes, a ter pensamentos de suicídio. É o que comenta o psiquiatra Joel Streim, da Universidade da Pensilvânia.

Um estudo divulgado em junho revelou que a maneira de pensar sobre os arrependimentos varia muito de acordo com a idade. Os adultos mais jovens tendem a culpar-se exclusivamente pelo comportamento de que se arrependeram; e os mais velhos, a dividir a culpa com os outros envolvidos na mesma situação, o que se torna mais vantajoso, já que, assim, a pessoa pode preservar a lembrança de elementos do passado sem que estes lhe sejam motivo de sofrimento.

Foram revelados, também, que os maiores motivos de arrependimento são a perda de oportunidades de es-

tudo, a escolha mal feita de um curso na Universidade, o abandono de um emprego, a escolha errada da pessoa com quem se casou, o pouco tempo dedicado aos filhos, a falta de religiosidade e o pouco cuidado com a própria saúde.

Parentes e amigos da vítima de um sentimento de culpa grave podem ajudar não a fazendo lembrar os motivos que a deixaram arrependida. Especialistas dizem que até mesmo a famosa expressão “siga em frente” pode ser prejudicial nessa hora.

Mas o arrependimento também tem o poder de modificar a vida da pessoa, acrescentando-lhe fatos antes não imaginados por ela, pois, quando o arrependido tenta ver-se livre da situação formada pelo ato impensado, muitas vezes tenta compensar o estrago com novas atividades, visando, então, a melhorar e corrigir o que foi feito. Nesses casos, a ansiedade e a depressão vão sendo eliminadas, e a pessoa pode voltar a ter uma vida normal, sem o fantasma do arrependimento.

Voluntariado é opção para viver melhor

Há anos a aposentadoria deixou de ser sinônimo de ociosidade. Prova disso são os divertidos grupos de pessoas aposentadas que se reúnem periodicamente para excursões, clubes, reuniões, festas e atividades diversas programadas por empresas especializadas em atender a esse público.

No TRF, os servidores que se aposentaram reforçam a idéia e vão além. Eles não somente buscam ter uma vida ativa fora do ambiente de trabalho, como continuam presentes no Tribunal desenvolvendo um trabalho voluntário durante os eventos do TRF e ações do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho-PGQVT. Durante a última posse de Juizes Federais, ocorrida em fevereiro, os aposentados prestaram um relevante serviço auxiliando no cerimonial e na organização do evento.

Para a servidora Maria de Lourdes Montes, aposentada há quatro anos, o trabalho voluntário é uma forma de sentir-se novamente parte da comunidade. “Minha aposentadoria foi precoce, por problemas de saúde”. Afirma “Lurdinha”, como é conhecida pelos

colegas de trabalho. Ela conta que tentou ser voluntária em hospitais, mas o ambiente era muito triste. “Preferi voltar para o Tribunal por ser um lugar agradável, já conhecido, onde fui muito bem



Voluntárias trabalham em cerimonial de posse de magistrados

recebida pelos colegas”, diz. Hoje, ela e mais um grupo de aposentados estão engajados em um trabalho voltado para os servidores da 1ª Região. “O ser humano busca encontrar o seu lugar e o respeito do grupo que o cerca”, confessou feliz.

Desde 1999, quando foi criado o

Projeto Viva Melhor, hoje incorporado às ações do PGQVT, os aposentados vêm realizando encontros mensais para discutir temas e questões de seu interesse. O Projeto tem como objetivo preparar o servidor em processo de aposentadoria para a nova fase de vida e resgatar o bem-estar físico, mental e social dos aposentados.

Uma das estratégias encontradas pelo grupo foi a elaboração cuidadosa de um manual de orientação que deverá ser editado ainda neste ano.

Sem dúvida, como voluntários, eles vêm sendo peça fundamental para viabilização e desenvolvimento das 29 ações programadas pelo PGQVT para o biênio.

Voluntariado é uma ferramenta de integração social: jovens, aposentados, idosos têm muito a contribuir com os seus valores, experiências e criatividade.

Trabalho voluntário é uma via de mão dupla, onde doamos e recebemos. Ajudando os outros, ajudamos a nós mesmos.

Seja você também um voluntário. Cadastre-se na Coordenação do Programa, nos ramais 487 ou 483.

Presidente Lula indicará novos ministros

Até o final do seu mandato, em 2006, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, terá tido a oportunidade de indicar novos ministros para o Supremo Tribunal Federal, já que os atuais ocupantes de cinco vagas terão completado 70 anos, idade limite para atuar em cargos públicos no País.

De acordo com a assessoria do STF, já nos meses de abril e maio deste ano, três ministros estarão aposentando-se compulsoriamente: Moreira Alves, Sydney Sanches e Ilmar Galvão. Em maio de 2004, o Ministro Maurício Corrêa deixará o cargo, e, em 2006, será a vez do Ministro Carlos Velloso, dando ao Presidente Lula novas oportunidades de indicação.

Pelas regras vigentes, o Presidente da República tem ampla liberdade para in-

dicar nomes, mas, depois da escolha, os candidatos têm de ser aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo do dia cinco de fevereiro, especula-se que o Presidente Lula queira prestigiar os movimentos de defesa dos afro-descendentes, indicando um negro para uma das vagas do Supremo.

Ao contrário do STF, onde o presidente pode indicar um nome livremente, as vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça são preenchidas por candidatos previamente escolhidos pelo órgão de origem ou órgão de representação de classe. Só depois o presidente indica um nome da lista tríplice para ocupar a vaga, porém o escolhido deve ainda ser aprovado pelo plenário do Senado.

Atualmente, duas vagas estão abertas

no STJ, no entanto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva só indicará um nome, já que o Desembargador Federal Teori Zavascki foi indicado pelo Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e será apenas nomeado por Lula, depois que seu nome for aprovado pelo Senado. A segunda vaga, aberta com a aposentadoria do Ministro Milton Luiz Pereira, é destinada a um desembargador federal, porém ainda não foi realizada a escolha dos nomes para compor a lista tríplice.

Outros três ministros vão ser indicados para o Superior Tribunal de Justiça pelo Presidente Lula até o final de 2006 com a aposentadoria compulsória do Ministro Fontes de Alencar, em dezembro deste ano, e dos Ministros José Arnaldo da Fonseca e Franciulli Netto, em novembro de 2005.



Seções Judiciárias

TO TOCANTINS TO

Posse do Diretor do Foro

Em cerimônia realizada no dia 06 de fevereiro, tomou posse como Diretor do Foro da Seccional o Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, reassumindo os trabalhos após um ano de gestão do Juiz Federal Alderico Rocha Santos, que, em seu discurso, citou as principais ações de sua gestão, em que contou com a dedicação da Juíza Federal Substituta Ednamar Silva Ramos e da Juíza Federal Denise Dias Dutra Drumond. O novo Diretor do Foro apontou como metas de sua administração a melhoria da estrutura física, o aumento e atualização dos equipamentos de informática e demais bens necessários ao desempenho das funções, a luta pela criação de varas, pelo aumento do número de servidores e juízes, bem como pela reestruturação administrativa.

RR RORAIMA RR

Palestra na Universidade

O Juiz Federal Helder Girão Barreto (o segundo da esquerda para a direita) participou da Semana de Estudos Jurídicos do curso de Direito da Universidade Federal de Roraima. O magistrado proferiu palestra sobre o tema "A disputa sobre direitos indígenas: vetores constitucionais", sua tese de mestrado em Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em março, o magistrado apresentará o mesmo trabalho em Rio Branco, a convite da Justiça Federal do Estado do Acre.



BA BAHIA BA

Agendamento diário no Juizado Especial Cível

O Juizado Especial Federal Cível da Bahia está realizando agendamento diário desde o dia 11 de fevereiro. Numa ação conjunta, a Direção do Foro e o Juizado Especial Cível reuniram uma equipe de servidores, que vem atendendo à população diariamente, no período das 09h às 18h. Segundo o Diretor do Foro, Dr. Evandro Reimão dos Reis, "o objetivo do agendamento diário é facilitar o



atendimento à população, evitando filas e promovendo maior agilidade na prestação jurisdicional". Ao serem atendidos, os usuários já saem com a data e o horário marcados para ingressar com ação judicial. Informações sobre o atendimento no Juizado Especial Federal Cível podem ser obtidas por meio do telefone (71) 372-

9135; e novos agendamentos, pelo telefone 0800 284-9191.

MT MATO GROSSO MT

Nova sede do juizado

Em solenidade que contou com a presença do Desembargador Federal Catão Alves, Presidente do TRF-1ª Região, da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora do Juizado na 1ª Região, do Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, de Juízes Federais, de autoridades civis e militares e de servidores, foi inaugurada, no último dia 14 de fevereiro, a nova sede do Juizado em Mato Grosso, instalado em 16 de abril de 2002 e que já recebeu cerca de 3.600 processos, entre os quais, mil já foram julgados.



Juiz Federal Paulo César Alves, Frei Willian Riveira, Desembargador Federal Ítalo Mendes, Presidente Catão Alves, Juízes Federais José Pires da Cunha e Julier Sebastião, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida e Juiz Federal César Augusto Bearsi.

MA MARANHÃO MA

Nova Direção do Foro

Foi realizada no dia 10 deste mês a solenidade de transmissão da Direção do Foro da Seção Judiciária do Maranhão.

Durante o ato, o Juiz Federal César Cintra Fonseca fez um resumo das realizações de sua administração no ano de 2002. Destacou a retomada das obras do prédio anexo e a conclusão da reforma do Auditório Pe. Antônio Vieira, entre outras.

Por sua vez, a Diretora do Foro, Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho, enfatizou, no seu discurso, sua filosofia de trabalho. Ressaltou que vai procurar dar um toque feminino à administração do foro, observando a necessidade de humanizarem-se as relações de trabalho e buscarem-se o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores e magistrados.

A Diretora disse ainda que estará à disposição dos servidores para a sugestão de novas idéias que venham melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, observando que a informalidade será a marca de sua administração.

Estiveram presentes à solenidade juízes federais, diretores de vara e de núcleo e servidores.

DF DISTRITO FEDERAL DF

Boletim informativo da Turma Recursal

Desde dezembro/2003, passou a circular na página eletrônica da Justiça Federal do DF (www.df.trf1.gov.br) o Boletim Informativo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias do Distrito Federal e de Tocantins, com as principais matérias julgadas. A periodicidade do Boletim é semanal.

As sessões de julgamento da Turma Recursal são públicas e acontecem todas as quartas-feiras, com início às 9h30min. Os advogados das partes podem fazer sustentação oral e, nesses casos, seus processos têm preferência de julgamento.

A Turma voltou a funcionar em fevereiro de 2003, em face das férias de todos os juízes, efetivos e suplentes.

Decisões das Seções Judiciárias em Destaque



Desvio de dinheiro público

A licitação fraudulenta em 1990 envolvendo a Companhia de Desenvolvimento de Roraima e a Assembléia Legislativa de Roraima culminou na condenação de nove dos 13 acusados. O Juiz Federal Helder Girão Barreto condenou todos os membros titulares da Comissão Permanente de Licitação, os representantes ou proprietários das empresas licitantes e o então presidente da Codesaima, Fernando Mafra, a penas que variam de quatro a seis anos.

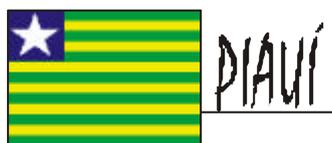
A Companhia havia adquirido mobiliários da Assembléia, que de fato passaria a funcionar em janeiro de 1991, por quantias superfaturadas e usando de artimanhas para se livrar da modalidade Concorrência, sem transparência dos atos públicos.



Acusados de superfaturamento no TRT/RO têm bens indisponibilizados

Prejuízo ao erário calculado na ordem de R\$19.579.635,62 em decorrência de superfaturamento da obra de construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região levou o Juiz Federal da 1ª Vara de Rondônia, João Carlos Cabrelon de Oliveira, a decidir por colocar indisponíveis bens e direitos e quebrar o sigilo fiscal dos supostos beneficiários.

Pela força da acusação de improbidade administrativa, para que se verifique eventual evolução patrimonial indevida, todos os suspeitos serão minuciosamente investigados. Por ordem do Juiz Federal, ficou determinada a requisição, junto à Receita Federal, das cópias de declaração de renda relativas ao exercício de 2001 e, diante de qualquer indício, o Banco Central implementará a indisponibilidade dos valores porventura identificados.



Transparência é a ordem do dia

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI receberá todos os dados referentes à movimentação financeira e extratos bancários de contas relativos ao período de janeiro de 2001 a novembro de 2002 do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens–DER, da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí – Agespisa/PI e da Companhia de Habitação do Piauí–Cohab/PI, órgãos pertencentes à administração direta estatal.

A decisão coube ao Juiz Federal Substituto da 1ªVara, Francisco Hélio Camelo Ferreira, a pedido do TCE/PI, que, como órgão encarregado de fiscalizar contas da administração direta, estaria prejudicado em sua função caso a Caixa Econômica Federal e o Banco do Estado do Piauí persistissem negando o fornecimento de todos os dados referentes à movimentação financeira e extratos bancários dos órgãos estaduais.



Transporte de produtos florestais da Mata Atlântica

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis–Ibama foi proibido de emitir novas ITPF – Autorização para o Transporte de Produtos Florestais – e de autorizar o manejo florestal de espécies nativas da Mata Atlântica no Estado da Bahia e, ademais, obrigado a apresentar informações discriminando os procedimentos relativos ao manejo da madeira objeto das ATPFs emitidas durante o ano de 2002. O Ibama terá prazo de 30 dias para, de forma sintética, apresentar tais informações, esclarecendo o número do respectivo processo administrativo, a propriedade rural em que os projetos estão sendo executados, as espécies e respectivas quantidades autorizadas, o prazo de vigência e o número da autorização dos desmatamentos, entre outras.

A decisão judicial proferida pela Juíza Federal da 12ª Vara da Bahia, Maízia Seal Carvalho Pamponet, relativa aos produtos florestais oriundos de espécies nativas da Mata Atlântica no Estado da Bahia, foi de responsabilidade da Rede de Organização Não-Governamental da Mata Atlântica e do Grupo Ambientalista da Bahia–GAMA.

Último Concurso para o quadro de pessoal do TRF da 1ª Região

Desde a sua instalação, em 1989, o Tribunal Regional Federal vem preenchendo o quadro de pessoal com a realização de concursos públicos, como prevê a Constituição Federal de 1988. Foram três; todos realizados pela Fundação



Carlos Chagas. O último concurso ocorreu em 2001, com disponibilidade de vagas para as cidades de Rio Branco/AC, Manaus/AM, Macapá/AP, Salvador/BA, Iheus/BA, Brasília/DF, Goiânia/GO, São Luís/MA, Imperatriz/MA, Belo Horizonte/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Juiz de Fora/MG, Cuiabá/MT, Belém/PA, Marabá/PA, Santarém/PA, Teresina/PI, Porto Velho/RO, Boa Vista/RR e Palmas/TO.

No Tribunal, a unidade encarregada de fazer o acompanhamento dos concursandos até a sua posse é a Divisão de Cadastro de Pessoal, setor que

recebe os exames médicos e orienta aqueles que serão futuros servidores do Tribunal. Quem tiver dúvida sobre concurso para servidor pode ligar nos ramais 279, 476, 481 ou entrar no site do Tribunal (www.trf1.gov.br), clicar em “setoriais”, depois em “recursos humanos” e “concurso para provimento de cargos”.

Confira abaixo o quadro demonstrativo sobre o último concurso para o TRF da Primeira Região e algumas Seções Judiciárias. No site, há quadros analíticos de todas as cidades que realizaram o concurso.

TRF-1ª Região*

Cargo: Analista Judiciário

Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	298	02	16	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	151	01	06	17-04-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	147	CR	03	11-06-2004
Área Apoio Especializado						
Biblioteconomia	10-08-2001	17-04-2002	11	01	02	17-04-2004
Estatística	10-08-2001	17-04-2002	09	01	03	17-04-2004

Cargo: Auxiliar Judiciário

Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas oferecidas	Convocados	Validade
Serviços Gráficos	10-08-2001	17-06-2002	34	10	10	17-04-2004
Serviços de Carpintaria e Marcenaria	10-08-2001	17-04-2002	12	05	05	17-04-2004
Serviços Mecânicos	10-08-2001	17-04-2002	17	05	08	17-04-2004
Serviços de Eletricidade e Comunicação	10-08-2001	17-04-2002	21	06	06	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário

Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	633	17	50	11-06-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	64	CR	16	17-04-2004
Operação de Computador	10-08-2001	17-04-2002	15	01	03	17-04-2004

* A critério da Administração, o concurso poderá ter sua validade prorrogada por dois anos.

Seções Judiciárias

AC – Rio Branco*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	08	01	03	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	12	CR	-	17-04-2004
ÁREA APOIO ESPECIALIZADO						
Biblioteconomia	10-08-2001	17-04-2002	01	01	01	17-04-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	18	05	06	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	27	CR	07	11-06-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	09	CR	-	17-04-2004

AM – Manaus*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	64	02	08	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	20	01	03	17-04-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	40	01	07	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	50	CR	06	11-06-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	08	CR	-	17-04-2004

AP – Macapá*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	22	03	09	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	17	CR	-	17-04-2004
ÁREA JUDICIÁRIA						
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	09	CR	-	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	30	CR	03	11-06-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	09	CR	-	17-04-2004

BA – Salvador*

Cargo: Analista Judiciário						
Área/Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	147	01	12	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	101	CR	02	17-04-2004
Área Judiciária / Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	75	05	08	11-06-2004

Cargo: Auxiliar Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Serviços Gerais/ Serviços de Carpintaria e Marcenaria	10-08-2001	17-04-2002	06	03	03	17-04-2004
Serviços de Eletricidade e Comunicação	10-08-2001	17-04-2002	09	03	04	17-04-2004
Serviços Mecânicos	10-08-2002	17-04-2002	10	02	02	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Área/Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	288	03	18	11-06-2004
Área Serviços Gerais/ Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	31	CR	-	17-04-2004

BA – Ilhéus*

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	-	20	01	-	-

GO – Goiânia*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	99	CR	03	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	48	01	01	17-04-2004
Área Judiciária/Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	93	CR	-	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	201	CR	03	11-06-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	10	CR	03	17-04-2004

MA – São Luís*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	48	CR	02	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	46	CR	-	17-04-2004
Área Judiciária/Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	41	CR	01	11-06-2004
Área Apoio Especializado/Biblioteconomia	10-08-2002	17-06-2002	09	01	01	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	82	04	07	11-06-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	07	CR	-	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	07	CR	-	17-04-2004

MA – Imperatriz*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Apoio Especializado	10-08-2001	11-06-2002	14	01	01	11-06-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	14	01	01	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	06	CR	-	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	06	CR	-	17-04-2004

MG – Belo Horizonte*

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	207	01	05	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	100	CR	01	17-04-2004
Área Apoio Especializado	10-08-2001	11-06-2002	151	CR	01	11-06-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	151	CR	01	11-06-2004

Cargo: Auxiliar Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Serviços Gerais Serviços de Carpintaria e Marcenaria	10-08-2001	17-04-2002	09	03	03	17-04-2004
Área Serviços Gerais Serviços de Eletricidade e Comunicação	10-08-2001	17-04-2002	17	03	03	17-04-2004
Área Serviços Gerais Serviços Mecânicos	10-08-2001	17-04-2002	11	03	03	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	397	07	21	11-06-2004
Área Apoio Especializado	10-08-2001	17-04-2002	18	01	01	17-04-2004
Operador de Computador	10-08-2001	17-04-2002	18	01	01	17-04-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2002	17-04-2002	21	CR	03	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2002	17-04-2002	21	CR	03	17-04-2004

Aguarde na próxima edição quadros analíticos de outras seções judiciárias
(tabelas atualizada até 21/03/03)

* A critério da Administração, o concurso poderá ter sua validade prorrogada por dois anos.



Decisões do TRF-1ª Região em Destaque

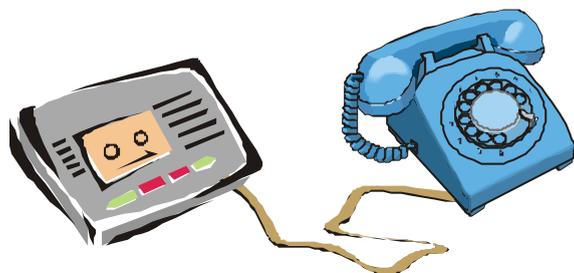
Presidente do Conselho de Ética garante participação na investigação de escutas ilegais

O Presidente do Conselho de Ética do Senado garantiu sua participação em todos os atos que vierem a ser praticados tanto em Brasília quanto em qualquer outro Estado da Federação referentes à investigação do suposto

envolvimento do ACM em autoria de grampo. Com respaldo de decisão judicial do Desembargador Federal Vice-Presidente do TRF-1ª Região, Carlos Fernando Mathias, em 23 de fevereiro, a presença do Presidente do Conselho é essencial, já que sua ausência poderia, segundo as palavras do Desembargador, resultar em “lesão grave de difícil reparação para a própria apuração de fatos que constituem objeto de cuidados pela Alta

Câmara do País”

O pedido na 17ª Vara Federal da BA para que somente estivessem presentes nos depoimentos o Delegado Federal, o escrivão, os representantes do Ministério Público e os advogados dos investigados foi do Ministério Público Federal, que alegara a necessidade de essas oitivas serem protegidas por rigoroso sigilo. No entanto, entende o magistrado do TRF-1ª Região que, apesar de indubitável a necessidade de sigilo, o interesse do Senado pela matéria está mais do que evidente.



Terracap mantém autorização para licitar Setor Habitacional Taquari – DF

A Terracap conseguiu em decisão judicial manter a licitação de lotes do Setor Habitacional Taquari, prevista para o dia 22, conforme edital. A decisão, do mesmo dia, foi em caráter de urgência, sendo prolatada na madrugada do sábado pelo Desembargador Federal Vice-Presidente do TRF-1ª Região, Carlos Fernando Mathias de Souza.

A licitação havia sido suspensa pelo Juiz Federal da 9ª Vara Federal do DF por conta de uma Ação Popular requerida pelo deputado Pedro Pas-

os Júnior contra a Terracap, o Distrito Federal e o Ibama.

O Desembargador Federal cita em seu despacho o entendimento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre matéria similar, reproduzindo a frase que defende a ideia de que a providência licitatória representa passo decisivo do Poder Público no combate à grilagem de terra e na defesa do patrimônio público.



Palestra sobre Avaliação de Desempenho

Foi realizada no dia 11 de março, no auditório do Tribunal, a palestra “Avaliação de Desempenho”, proferida pela Professora Leida Maria de Oliveira Mota, que abordou, entre outros temas, “Análise de cenário: serviço público”, “Papéis e responsabilidades dos atores do processo de avaliação”, “A questão da justiça em avaliação de desempenho” e “A arte de dar e receber *feedbacks*”. Participaram do evento dirigentes de Secretarias, de Gabinetes e de diversas unidades do Tribunal, além de inúmeros servidores que se encontram em fase de avaliação.

O evento foi organizado pela Divisão de Recursos Humanos do Tribunal (Direh) em obediência à Resolução n. 235, de 17 de maio de 2001, que regulamenta a implantação do Processo de Gestão de Desempenho – Proged. A palestra é parte inicial do treinamento previsto na Resolução e terá continuidade conforme cronograma a ser encaminhado pela Secretaria de Recursos Humanos (Secre).

Antes de ter-se iniciado a palestra, o servidor Juarez Oliveira de Moraes

fez uma pequena apresentação ao público de “voz e violão” e distraiu a todos cantando músicas populares brasileiras. A idéia de inserir a apresentação do servidor Juarez no início da programação do evento partiu da Direh/Secre e foi elogiada por muitos participantes, que se puderam descontraír antes da palestra.

AD – Para chamar atenção dos dirigentes e servidores do Tribunal, a Direh/Secre espalhou pelos corredores do Tribunal pequenos cartazes com os seguintes dizeres: Você sabe o que é AD? A resposta foi apresentada aos curiosos poucos dias antes da palestra, no Destaque do Dia, com a explicação de que AD significa Avaliação de Desempenho e que traz várias vantagens à organização de modo geral, especificamente, a seus recursos humanos. Quem participou da palestra

pôde, realmente, comprovar e aprender como é importante a aplicação consistente de critérios de tomada de decisão, a consideração adequada das características do servidor, a comunicação eficiente entre chefia e servidor e a clareza dos padrões de desempenho esperados.



Acima, explanação da Professora Leida Maria. Abaixo, o Diretor da Secre e outros dirigentes assistem à palestra interessados

Cursos

Modernidade implica dinamismo. Indivíduos e grupos procuram, por meio do conhecimento, organizarem-se e agirem de forma que os habilite a tomar decisões acertadas num mundo em constante mudança.

Curso de Auditoria Interna – fornecerá desde planejamento das ações de auditoria até a tomada de providências diante de casos de improbidade administrativa, faltas disciplinares, crimes contra a Administração e danos ao erário. O curso será conduzido por Inaldo de Vasconcelos Soares, auditor, consultor, professor dos cursos de pós-graduação do Icat/DF e secretário de controle interno do Superior Tribunal Eleitoral. Haverá participação especial do professor Léo da Silva Alves, autor de vários livros na área de Processo Disciplinar. Foi de sua autoria o anteprojeto do primeiro Estatuto Disciplinar para o Brasil.

A realização de ambos os cursos será nos dias 23, 24 e 25 de abril no Kubitschek Plaza. Maiores informações, pelo telefone 0800.703.5399 ou pelo e-mail www.topoventos.com.br.

3º Seminário de Qualidade de Vida nas Organizações – organizado pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida de Brasília, será realizado nos dias 23 e 24 de abril e contará com nove especialistas de diferentes áreas. José Rafael Medeiros é consultor organizacional, pós-graduado em Recursos Humanos, autor de vários livros e Diretor da JRM Motivah Consultoria; Silvia Brum é consultora organizacional, especialista em gestão empresarial e qualidade total, diretora da Qu4tro Consultoria e Treinamento; Ângela Naine é psicóloga, com especialidade em Diagnose e terapia do estresse, Gestalt Terapia e Terapia Reichiana, diretora da Ser em Companhia LTDA e presidente da ABQV Regional do Rio de Janeiro; Virgínia Lopes Sampaio é psicanalista e cinesilogista; Maria Ângela S. Lopes é mestre em educação, consultora nas áreas comportamental, gerencial e educacional da Summah Consultoria Organizacional e professora da UnB; Christian V. Castro é administrador, com especialização em finanças, *marketing* e administração em saúde; Jackson N. de Oliveira, também administrador, especialista em planejamento e desenvolvimento de recursos humanos, Coach antológico organizacional; Leida Mara Nepomuceno M. de Deus é psicóloga, pós-graduada em psicopedagogia e psicopatologia humana, presidente da comissão de qualidade de vida do TJDF; Ana Magnolia B. Mendes, igualmente psicóloga, é doutora em psicologia do trabalho, professora da UnB. Maiores informações, pelo telefone (61) 3645680 ou o e-mail abqvd@uol.com.br.

EMPOSSADOS NOVOS JUÍZE



Acima, Juiz Federal Nazareno Mendes discursa no Plenário. À mesa, os Desembargadores Federais Corregedor, Aloísio Palmeira Lima, Presidente Catão Alves e Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias

No dia 17 de fevereiro, o Presidente Catão Alves empossou 45 Juizes Federais Substitutos. A solenidade de posse aconteceu no Plenário do TRF-1ª Região e contou com a presença de Ministros do STJ, Desembargadores e Juizes Federais, Membros do Ministério Público, advogados, servidores, além de parentes e amigos dos empossandos.

Para homenagear os novos Juizes Federais, foi designado o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Diretor da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região, que fez um breve discurso lembrando a todos que “a magistratura deve ser exercida como um verdadeiro sacerdote, não para a honra e glória do próprio juiz, porém para garantia efetiva das liberdades públicas e império soberano

Estatística do IX Concurso para Juiz Feder

UF	Fem	%Fem	Masc	% Masc
AC	2	0.100%	11	0.548%
AM	28	1.394%	38	1.892%
AP	5	0.249%	18	0.896%
BA	105	5.229%	140	6.972%
DF	140	6.972%	306	15.239%
GO	52	2.590%	84	4.183%
MA	36	1.793%	83	4.133%
MG	188	9.363%	395	19.671%
MT	17	0.847%	52	2.590%
PA	41	2.042%	55	2.739%
PI	35	1.743%	81	4.034%
RO	10	0.498%	25	1.245%
RR	6	0.299%	19	0.946%
TO	13	0.647%	23	1.145%
Totais	678	33.765%	1330	66.235%

Aprovados por Faixa Etária

20 a 30 anos -----	37	Advoca
31 a 40 anos -----	15	Assister
41 a 50 anos -----	0	Auditor
Mais de 50 anos -----	0	Defensc
		Delegac
		Juiz

Quantitativo de C

Advogado	827
Assistente Jurídico	44
Auditor	6
Defensor Público	47
Delegado	54
Juiz	130

FEDERAIS SUBSTITUTOS

dos direitos individuais e coletivos”. O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian também aproveitou o momento para alertar os novos magistrados para não substituírem a vontade da lei pela vontade da opinião pública. “Não olvidem que um juiz responsável e acuado, preocupado com seus interesses pessoais e pretendendo agradar aos poderosos da época (...), libertou Barrabás e mandou à crucificação o Filho de Deus”, alertou a todos.

Recém-empossado, o Juiz Federal Substituto Nazareno César Moreira Reis Júnior, aprovado em primeiro lugar no concurso, falou em nome de todos os colegas. Em seu discurso, agradeceu à Comissão Examinadora, na pessoa do Desembargador Federal Olindo Menezes, a maneira isenta e

competente com que conduziu os trabalhos de avaliação dos candidatos. “Sem o trabalho de suas excelências, não seria possível nem haveria qualquer brilho nesta solenidade, pois é ao nível elevado dos examinadores que devemos o esplendor da conquista”, revelou. Ao final, o novo magistrado convidou todos os empossados a oferecer “esforços à causa suprema da afirmação incondicional da Justiça!”

Comemoração – Um jantar de confraternização, oferecido pelos novos Juizes Federais, foi realizado na noite do dia 17, para encerrar-se, com parentes e amigos, a comemoração da posse. Muitos magistrados do Tribunal prestigiaram o evento.



Acima, autoridades, parentes e amigos dos empossados lotam o Plenário. Ao lado, o Diretor-Geral Alcides Diniz lê o termo de posse dos magistrados. Abaixo, Desembargadores Federais, amigos e familiares prestigiam o jantar comemorativo

stituto

Número de Candidatos Aprovados por Profissão		
8	Militar	0
2	Oficial de Justiça	0
0	Procurador	19
3	Promotor de Justiça	7
0	Func./Serv. Público	8
4	Outras	1

Pos	Homologados	Aprovados				Geral
		1ª Prova	2ª Prova	3ª Prova	Oral e Títulos	
	1915	158	76	91	56	52

Inscritos por Profissão	
Militar	8
Oficial de Justiça	10
Procurador	182
Promotor de Justiça	98
Func./Serv. Público	563
Outras	43



Capa

VIII Curso de Preparação dos Magistrados Federais da 1ª Região

Lerminou, no dia 27 de fevereiro, o VIII Curso de Preparação dos Magistrados Federais da 1ª Região, organizado pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região-Esmaf para os 45 novos Juizes Federais Substitutos, empossados no último dia 17 de fevereiro. O Curso aconteceu no período de 18 a 27 de fevereiro e foi realizado no Hotel Nacional. No decorrer do evento também foram realizadas visitas ao STF, STJ, e ao TRF-1ª Região.

O Presidente Catão Alves abordou, no primeiro dia do evento, o tema “A Imprensa e o Judiciário”, iniciando,

assim, o ciclo de palestras constantes da programação do Curso, entre elas, “Juizados Especiais”, “Estrutura Administrativa da Justiça Federal”, “A Racionalidade dos Atos Processuais e a Prática de Secretaria”, “Benefícios do Pro-Social”, “Tendências do Direito Contemporâneo”, “A Ética na Magistratura”, “Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal”, “Assessoria de Assuntos da Magistratura”, “Estrutura Administrativa da Justiça Federal” e “Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufer”.

No encerramento, além do Presidente Catão Alves, estiveram presen-

tes o Diretor da Esmaf, Jirair Aram Meguerian, e o Vice-Diretor, Olindo Menezes. Ao encerrar o evento, o Presidente do Tribunal fez algumas recomendações de natureza prática e, em seguida, colocou a Presidência à disposição dos novos magistrados. O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian também fez algumas considerações, utilizando-se de sua experiência como magistrado, e, ao final, em seu nome e no do Vice-Diretor da Esmaf, desejou aos Juizes Federais muito sucesso na carreira, “que vocês se realizem exercendo essa função”, finalizou.



Visita dos Novos Juizes Federais ao TRF-1ª Região



Curso promove interação de Desembargadores Federais e empossados



Diretor da Esmaf Jirair Aram Meguerian

Programação Semanal

Dia 18.02.2003	
9h	Palestra: O Judiciário e a Imprensa Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves (Presidente do TRF-1ª Região)
16h15	Palestra: Associação de Juizes Federais da Primeira Região-Ajufer Juiza Federal Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos (Seção Judiciária do DF - Presidenta da Ajufer)

Dia 19.02.2003	
8h	Palestra: Convívio Humano em Organizações
Dia 20.02.2003	
8h	Palestra: Comunicação Humana
14h	Palestra: Contato com a Fonte Pessoal
Dia 21.02.2003	
8h	Palestra: Qualidade de Vida no Trabalho
14h	Palestra: Ontologia da Linguagem

Silvânia Maria Leite
Rodrigues
(Psicóloga com especialização em Recursos Humanos)

Dia 25.02.2003	
8h	Palestra: A Racionalidade dos Atos Processuais e a Prática de Secretaria Juiz Federal Novély Vilanova da Silva Reis (7ª Vara da Seção Judiciária do DF)
12h30	Palestra: Benefícios do Pro-Social Sônia Maria Garcez Teixeira (Diretora da Secretaria de Programas e Benefícios Sociais do TRF-1ª Região)
16h15	Palestra: Tendências do Direito Contemporâneo Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias de Souza (Vice-Presidente do TRF-1ª Região)

Dia 26.02.2003	
9h	Palestra: A Ética na Magistratura Ministro Carlos Alberto Marques Soares (Superior Tribunal Militar)
10h45	Palestra: Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal Ministro Francisco César Asfor Rocha (Superior Tribunal de Justiça)
14h30	Palestra: Assessoria de Assuntos da Magistratura Elza Cesetti (Chefe da Assessoria de Assuntos da Magistratura)
16h15	Palestra: Estrutura Administrativa da Justiça Federal Alcídes Diniz da Silva (Diretor-Geral da Secretaria do TRF-1ª Região)

Dia 27.02.2003	
8h30	Palestra: Associação dos Juizes Federais do Brasil-Ajufer Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues (Presidente da Ajufer)
10h	Palestra de Encerramento Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves (Presidente do TRF-1ª Região)

Diretoria-Geral

Transformando adversidades em desafios

A Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal-Diges conduz o planejamento e coordenação geral dos serviços administrativos do TRF-1ª Região, além de orientar e acompanhar essas atividades nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

As atividades sob sua responsabilidade são abrangentes e complexas, pois a unidade é o elo entre a alta Administração e as áreas de execução administrativa do Tribunal.

À frente da Diretoria-Geral está o Dr. Alcides Diniz da Silva, servidor da Justiça Federal há 30 anos. Para o desenvolvimento de suas tarefas, conta com o valoroso apoio da equipe do Núcleo Administrativo e da Assessoria Jurídica, que formam a Diges. Fazem parte da unidade, também, as Seções de Apoio Administrativo nas Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais, responsáveis pela assistência aos Desembargadores Federais do Tribunal quando viajam para aquelas localidades.

É função do Diretor-Geral atuar junto ao Presidente do Tribunal na formulação de diretrizes e políticas para a Primeira Região, na priorização das atividades a serem realizadas, além da definição e acompanhamento dos objetivos e metas de trabalho, zelando, permanentemente, pelo cumprimento das decisões da Corte, em todos os segmentos. Cumpre-lhe, ainda, representar o Tribunal junto a autoridades e em atos e solenidades oficiais.

A Diges age, também, junto às Comissões Permanentes do Tribunal, como as de Regimento e de Jurisprudência, prestando-lhes assessoramento técnico nos assuntos pertinentes à Secretaria do Tribunal e municiando-lhes com dados e sugestões.

Na condução dos serviços administrativos, o Diretor-Geral conta com a imprescindível colaboração dos Diretores das Secretarias que lhe são subor-

dinadas, quais sejam, de Recursos Humanos, de Planejamento, Judiciária, de Informática, de Controle Interno, de Benefícios e de Administração.

A Atuação da Diges permite que essas áreas realizem suas atividades de maneira integrada, concatenada e harmoniosa, de acordo com as definições emanadas da Presidência e dos demais órgãos superiores do Tribunal, buscando, continuamente, munir o TRF-1ª Região e as suas 14 Seccionais jurisdicionadas com todos os meios e recursos necessários à prestação jurisdicional célere, segura e eficaz.

O modelo de gestão adotado pela Diges sustenta-se em uma visão empreendedora, com permanente valorização dos servidores, envolvimento e engajamento pessoal, compartilhamento de valores e iniciativas, estímulo à participação e criatividade e permanente avaliação dos resultados obtidos.

Inúmeras são as tarefas cotidianas da Diges, como a administração dos escassos recursos orçamentários e financeiros da Primeira Região, que sofrem freqüentes contingenciamentos pelo Governo Federal, e dos quais depende todo o funcionamento do Tribunal e das Seccionais; a administração e manutenção do patrimônio, para tornar as instalações do 1º e 2º graus

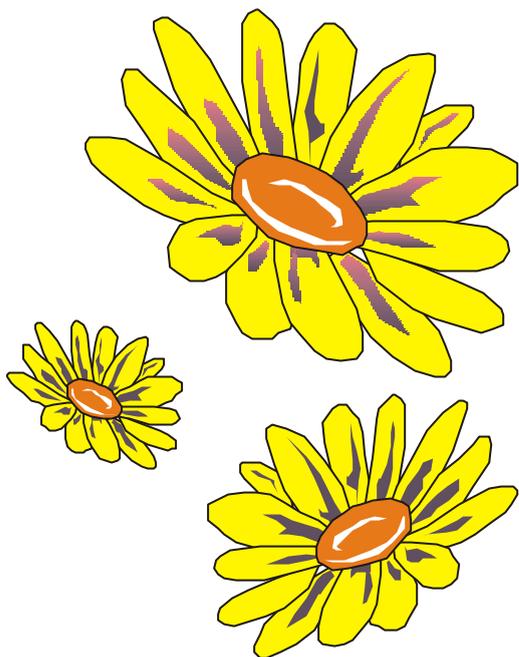


Da esq. para a dir., Paulo Sérgio Escóssio, Maria Ângela Borges, Lúcia Beatriz, Solange de Souza, Jorge Carlos, Adnéia Clévia, Dr. Alcides Diniz (Diretor-Geral), Gerson Lopes, Vera Lúcia Gonçalves (Chefe do Núcleo Administrativo), Carlos Alberto da Silva e Tito Guerra (Assessor Judiciário)

compatíveis com as necessidades dos magistrados e servidores; a capacitação e o desenvolvimento dos servidores, motivando-os no cumprimento diário de suas tarefas; o aperfeiçoamento dos procedimentos cartorários para fazer frente à crescente demanda pelos serviços jurisdicionais; o aprimoramento dos serviços por meio de sua simplificação e automatização.

A inovação também faz parte do dia-a-dia da Diretoria-Geral, para transformar adversidades em desafios, solucionando os problemas envolvidos na gestão da instituição com dimensões continentais, que é o TRF-1ª Região, sem jamais perder de vista o necessário juízo de realismo, factibilidade e resultados.

Um exemplo é a expansão dos Juizados Especiais Federais, que tem exigido todo o empenho do Tribunal e das Seções Judiciárias para instalá-los e provê-los de servidores, estagiários, equipamentos, material de expediente e outros.



Ser mulher...

É acima de tudo um estado de espírito.

É uma dádiva... É ter dentro de si um tesouro escondido e ainda assim dividi-lo com o mundo!

Homenagem do PGQVT a todas as mulheres da Primeira Região pelo Dia Internacional da Mulher (08/03).

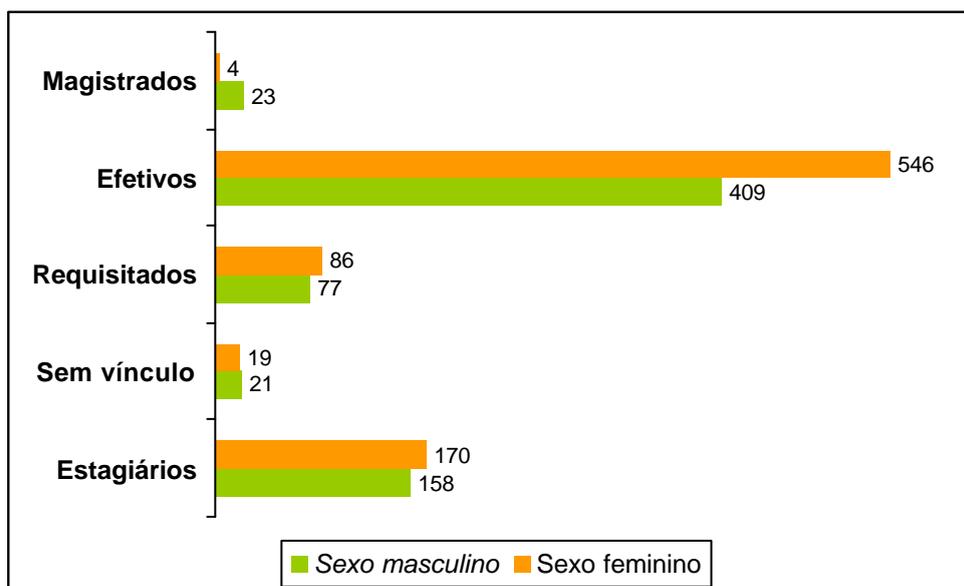
Mulheres do Tribunal

O Comitê de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho- PGQVT elaborou uma programação especial para homenagear as mulheres que ajudam a tornar a Justiça Federal cada vez melhor. A homenagem ocorreu no dia 21 de março, cheia de atrações surpresa, massagens e oficinas diversas relacionadas à beleza, ao talento e à saúde feminina.

No encerramento das atividades propostas, os talentos da casa divertiram magistradas, servidoras, prestadoras de serviços e estagiárias num agradável *happy-hour* realizado no restaurante do Tribunal.

Aguardem cobertura total do evento na próxima edição do Destaque!

Confira, ao lado, o número de homens e mulheres que movimentam o Tribunal.



Servidores separados por sexo e situação no TRF

Campanha contra a Hipertensão

Na manhã do dia 27 de fevereiro, o Serviço Médico do TRF-1ª Região colocou em prática mais uma etapa do trabalho contínuo contra a pressão alta que vem sendo realizado desde 2001, promovendo a palestra “Hipertensão: Conhecer para Prevenir e Controlar”, no Auditório do Edifício Anexo I.

A palestra, direcionada ao grupo de hipertensos do Tribunal, também chamou a atenção de outros participantes interessados em saber mais sobre a doença, como magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços que têm pressão alta.

Na ocasião, a equipe do Serviço Médico realizou exames de glicemia, verificação do colesterol, pressão alta e índice de massa corpórea nos participantes em jejum de 12h. Em seguida, o esforço foi compensado por um delicioso café-da-manhã, que antecedeu a palestra.

As médicas palestrantes, Gisele Sampaio e Ana Alice, abordaram, respectivamente, “O que é a Hipertensão” e “Controle, prevenção e tratamento”. Durante o momento de explanação, os ouvintes fizeram perguntas e esclareceram dúvidas variadas quanto à dosagem de medicações e conseqüências da doença.

Neste ano serão realizadas mais seis palestras sobre a prevenção e o controle da Hipertensão e doenças cardiovasculares. O programa de palestras faz parte da XVII Ação do Programa de Qualidade de Vida da 1ª Região, iniciada há dois anos de uma forma tímida.

História – Em setembro de 2001, o Serviço Médico realizou o primeiro arrastão da verificação da pressão arterial na Casa. A equipe que, na época, contava com três enfermeiras e dois

auxiliares visitou pessoalmente cada setor durante duas semanas e constatou que 1149 pessoas eram hipertensas. O resultado acionou o alerta da equipe, que elaborou uma estratégia simples, mas de efeito eficaz, para iniciar a campanha de controle e o atendimento. “Durante uma semana, a equipe aferiu a pressão arterial de cada um dos hipertensos. E,

vamos o paciente para o cardiologista do Tribunal ou conveniado”, afirmou a enfermeira Cristiane da Silva.

No atendimento, os portadores de hipertensão foram orientados a diminuir o sal e gordura da alimentação, praticar atividade física e cortar, totalmente, a bebida e o cigarro. Além disso, receberam um cartão de acompanhamento do índice da pressão e foram direcionados, no caso dos prestadores de serviço e estagiários, ao Centro de Saúde mais próximo de suas residências para vinculação gratuita ao Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial, desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

Na última campanha interna, realizada em setembro do ano passado paralelamente à Semana do Coração, 1.700 pessoas tiveram a pressão arterial aferida, e, segundo dados da Divisão de Assistência à Saúde-Diasi, 168 estavam com pressão acima do índice normal, que é de 125x85mmHg. Para a enfermeira Cristiane Neris Abade, o aumento no percentual de hipertensos da Casa, em torno de 15 a 20%, em relação ao ano de 2001, justifica-se “pelo aumento do número de servidores ou aparecimento da doença sem causa”, revelou.

A conscientização e a preocupação dos hipertensos e não-hipertensos aumentaram em 30% a frequência no Serviço Médico, o que representa “uma resposta à credibilidade do trabalho da campanha e a gratificação no dia-a-dia”, afirmou Iracy Borges, Encarregada do Setor de Enfermagem e idealizadora do Projeto.



Acima, as médicas Gisele Sampaio e Ana Alice. Abaixo, enfermeiras orientam os interessados sobre os riscos da hipertensão

após esse período, o controle foi realizado apenas uma vez no mês. “Caso a pressão não diminuísse, encaminhá-

Juizados Especiais Federais – Um Desafio

João Carlos Mayer Soares e Luciana Pinheiro Costa*

Os Juizados Especiais Federais—JEFs vieram dar concretude ao princípio constitucional de acesso à jurisdição (CF/88, art. 5º, XXXV), constituindo, sem sombra de dúvida, o maior movimento de abertura para o cidadão chegar à Justiça. A sua efetiva implantação descortinou uma realidade por muitos suposta, mas que, até então, não havia chamado a devida atenção dos operadores do Direito. Daí a sua extrema relevância social.

Se os Juizados Especiais Estaduais, já em 1995, abriram oportunidade de acesso à Justiça na esfera privada, a exclusão das ações em que o Poder Público figura como parte, então operada pela Lei 9.099/95, continuou a gerar um débito social que a Lei 10.259/01 ora permite resgatar, uma vez que dá ao jurisdicionado a oportunidade de buscar o reconhecimento de seus direitos quando os entenda violados pelo Poder Público Federal.

Os reclames por Justiça fizeram com que, somente em Minas Gerais, quando os JEFs completam o seu oitavo mês de implantação, mostre-se a seguinte realidade: foram distribuídos 19.285 processos nos Juizados ao lado de 14.307 nas vinte e duas varas cíveis comuns e 2.237 nas duas varas previdenciárias. A par disso, a demanda perante a Justiça Federal tradicional diminuiu apenas 2% (dois por cento).

No entanto, a evolução legislativa representa tão-somente o primeiro passo para que tal finalidade se realize. É necessário que os operadores do Direito estejam abertos à compreensão da realidade, para que, imbuídos de uma nova mentalidade, desvinculem-se do modelo processual tradicional, para prestar Justiça segura, ágil, informal e eficaz. Definitivamente, os Juizados não se coadunam

com aplicadores que, apegados ao excesso de formalismos, ordinarizem seu procedimento e desvirtuem sua finalidade.

Essa necessidade constitui preocupação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, especialmente de seu Presidente, o Desembargador Federal CATÃO ALVES, da Coordenadora dos JEFs, Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, e do Diretor da ESMAF, Desembargador Federal JIRAIR



Juizados Especiais Federais A Justiça de todos

ARAM MEGUERIAN, os quais têm envidado todos os esforços na preparação de juízes e servidores que atuarão no novo modelo jurisdicional. Nesse sentido foi a especial atenção dedicada aos Juizados no recente curso preparatório para o ingresso dos juízes federais substitutos.

Sem uma mentalidade desvinculada dos mecanismos tradicionais de prestação jurisdicional, a tendência é que os JEFs sejam transformados em uma justiça especializada em razão da alçada, o que não atenderia aos anseios da população mais carente de recursos e ávida de Justiça.

As turmas recursais, por seu lado, têm a responsabilidade de não se transformarem em “tribunais”, pesados em ritos e estruturas, pois esse não foi o objetivo do legislador que as criou como órgãos de revisão em segundo grau de jurisdição, com o mesmo fundamento na informalidade, celeridade e, principalmente, no princípio segundo o qual não existe nulidade sem prejuízo, considerado este como gravame concreto e não uma simples alegação formal, tudo em atenção ao postulado maior da instrumentalidade do processo.

Ao contrário, a revisão nas turmas recursais deve ser marcada pela singeleza dos julgamentos, que poderão ser feitos até mesmo por reuniões via eletrônica, deixando a missão orientadora e uniformizadora de jurisprudência, típica dos tribunais, para as turmas de uniformização, na forma especialmente prevista na Lei 10.259/01, que, nesse aspecto, não guarda precedente com o modelo estadual.

Disso concluímos que o legislador conferiu aos operadores do Direito poderoso instrumento de modificação da realidade, cabendo a eles a responsabilidade de concretizar a agilização da Justiça e o resgate de cidadania do povo brasileiro. Esse é o nosso maior desafio, a par da falta de estrutura material que está a exigir criatividade e vontade sincera de êxito na empreitada.

Juiz Federal Convocado na Primeira Turma Suplementar do TRF-1ª Região e Juíza Federal Substituta respondendo pelo segundo Juizado Especial Federal de Belo Horizonte/MG.

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE

Quadro I

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício

(Dados até 31/01/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	3.367.363,00		3.367.363,00
2 - Creche	203.927,00		203.927,00
3 - Auxílio Transporte	61.272,00		61.272,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		12.429,69	12.429,69
Subtotal I	3.632.562,00	249.789,69	3.882.351,69
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	25.713,16	70.837,11	96.550,27
2 - Exames Laboratoriais	21.038,04	57.957,63	78.995,67
3 - Exames Radiológicos	16.362,92	45.078,16	61.441,08
4 - Internações	88.827,28	244.710,01	333.537,29
5 - Psicologia	4.675,12	12.879,47	17.554,59
6 - TFD	-	27.045,91	27.045,91
7 - Outras	32.725,84	90.156,33	122.882,17
Subtotal II	189.342,36	548.664,62	738.006,98
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	7.012,68	19.319,21	26.331,89
2 - Prótese Dentária	21.038,04	57.957,63	78.995,67
3 - Periodontia	2.337,56	6.439,74	8.777,30
4 - Outras	14.025,36	38.638,42	52.663,78
Subtotal III	44.413,64	122.355,00	166.768,64
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus	-	155.683,25	155.683,25
2 - Seguro de Vida	-	29.917,16	29.917,16
3 - Passagens e Hospedagem	-	9.243,68	9.243,68
4 - Outras	-	-	-
Subtotal IV	-	194.844,09	194.844,09
Total Geral	3.866.318,00	1.115.653,40	4.981.971,40

Fonte: Divaf e Sepia

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, radiologia, cirurgia, endodontia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Programa de Assistência aos servidores do TRF–1ª Região

Demonstrativo de receitas e despesas (2.002)

R\$ 1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS								
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS					DESPESAS	SALDO	
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL			
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00							5.987.133,79		5.987.133,79
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	233.756,00	11.509.896,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40		6.001.156,17
fev/03				-							-		-
mar/03				-							-		-
abr/03				-							-		-
mai/03				-							-		-
jun/03				-							-		-
jul/03				-							-		-
ago/03				-							-		-
set/03				-							-		-
out/03				-							-		-
nov/03				-							-		-
dez/03				-							-		-
TOTAL 2003		11.743.652,00	233.756,00	11.509.896,00		945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	7.116.809,57	1.115.653,40		6.001.156,17

Fonte: Recursos União - Sepia; Recursos Próprios - Divaf.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio - Transporte.



ESTATÍSTICA DA ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS DA PRESIDÊNCIA — Janeiro e Fevereiro 2003 —	
Re Admitido	156
Resp Admitido	693
Re não Admitido	1.026
Resp não Admitido	1.216
Despachos Diversos	537
Decisões em Plantões	544
Suspensão de Segurança Deferida	7
Suspensão de Segurança Indeferida	10
Decisão Diversa em Susp. de Segurança	19
Despacho Diverso em Susp. de Segurança	5
TOTAL	4.213

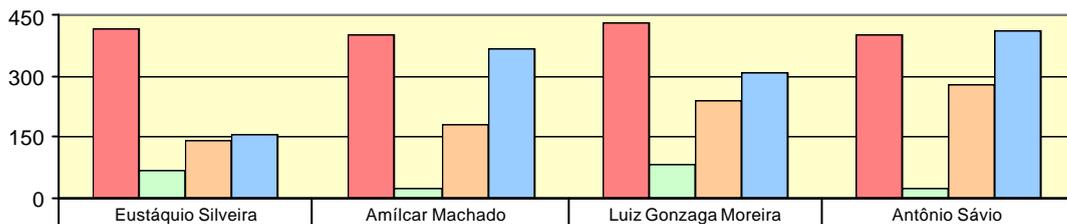
ESTATÍSTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA — Janeiro e Fevereiro 2003 —	
Re Admitido	209
Resp Admitido	224
Re não Admitido	182
Resp não Admitido	301
Despachos Diversos	32
Habeas Corpus	1
Voto Vogal	1
Voto Vista Na Turma	1
TOTAL	951

Estadísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aesp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip). Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.

* Dados fornecidos pela ASRET

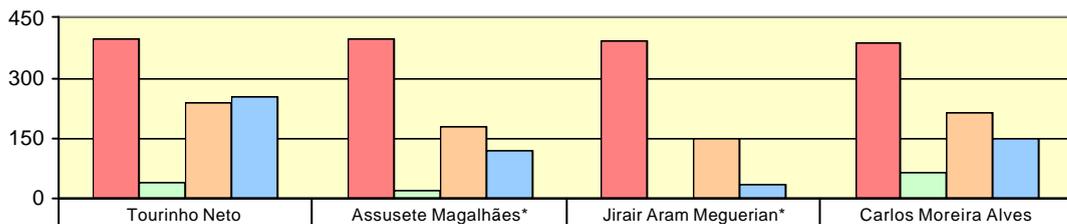
DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS - JANEIRO E FEVEREIRO/ 2003*

1ª Turma



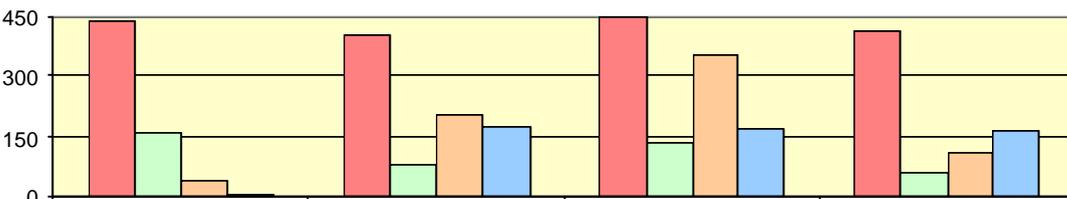
	Eustáquio Silveira	Amílcar Machado	Luiz Gonzaga Moreira	Antônio Sávio
Distribuídos	417	403	430	405
Desp. Terminativos Public.	64	23	79	24
Julgados	142	180	241	281
Acórdãos Publicados	155	370	309	410

2ª Turma



	Tourinho Neto	Assusete Magalhães*	Jirair Aram Meguerian*	Carlos Moreira Alves
Distribuídos	397	398	392	388
Desp. Terminativos Public.	36	18	2	66
Julgados	239	181	150	212
Acórdãos Publicados	252	118	31	151

3ª Turma



	Plauto Ribeiro	Olindo Menezes	Luciano Amaral	Cândido Ribeiro
Distribuídos	434	401	443	410
Desp. Terminativos Public.	159	79	134	60
Julgados	45	204	355	110
Acórdãos Publicados	7	174	167	161

4ª Turma

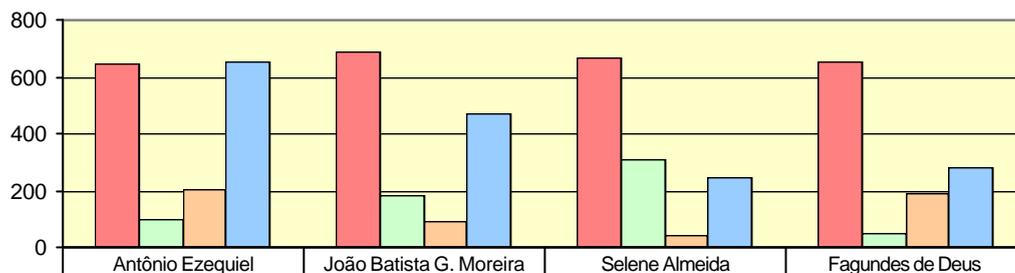


	Mário César Ribeiro	Hilton Queiroz	I'talo Mendes	Carlos Olavo
Distribuídos	430	387	408	314
Desp. Terminativos Public.	90	35	3	26
Julgados	180	380	264	282
Acórdãos Publicados	181	393	329	458

(*) Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

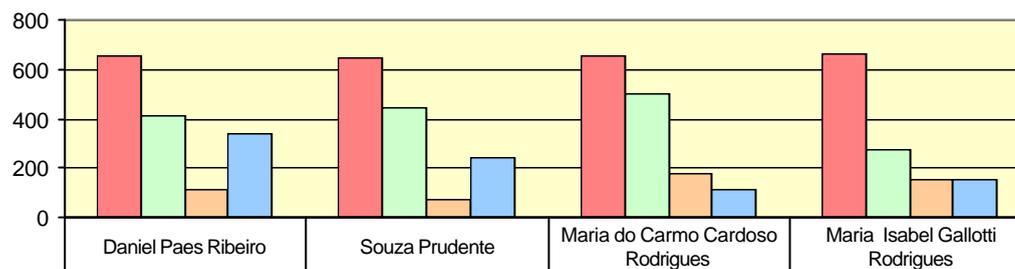
** Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

5ª Turma



	Antônio Ezequiel	João Batista G. Moreira	Selene Almeida	Fagundes de Deus
Distribuídos	646	688	665	656
Desp. Terminativos Public.	99	180	312	52
Julgados	205	94	41	191
Acórdãos Publicados	655	472	245	284

6ª Turma

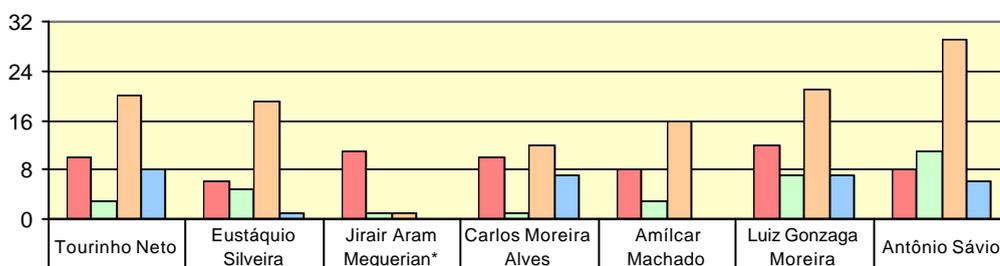


	Daniel Paes Ribeiro	Souza Prudente	Maria do Carmo Cardoso Rodrigues	Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Distribuídos	657	648	655	659
Desp. Terminativos Public.	412	445	499	272
Julgados	116	69	174	152
Acórdãos Publicados	336	244	111	155

DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - JANEIRO E FEVEREIRO/ 2003*

1ª Seção

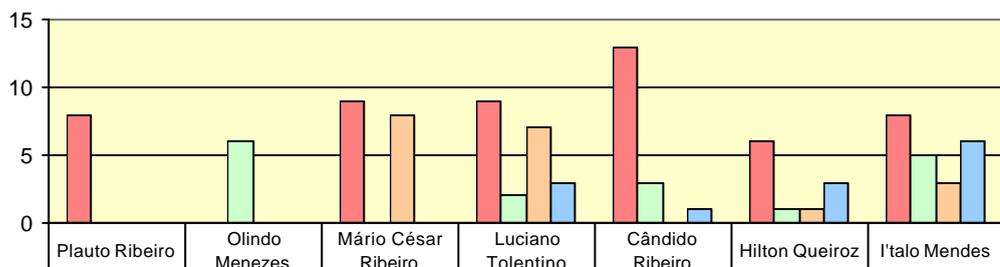
Desembargadora Federal
Presidenta:
Assuete Magalhães



	Tourinho Neto	Eustáquio Silveira	Jirair Aram Meguerian*	Carlos Moreira Alves	Amílcar Machado	Luiz Gonzaga Moreira	Antônio Sávio
Distribuídos	10	6	11	10	8	12	8
Desp. Terminativos Public.	3	5	1	1	3	7	11
Julgados	20	19	1	12	16	21	29
Acórdãos Publicados	8	1		7		7	6

2ª Seção

Desembargador Federal
Presidente:
Olindo Menezes



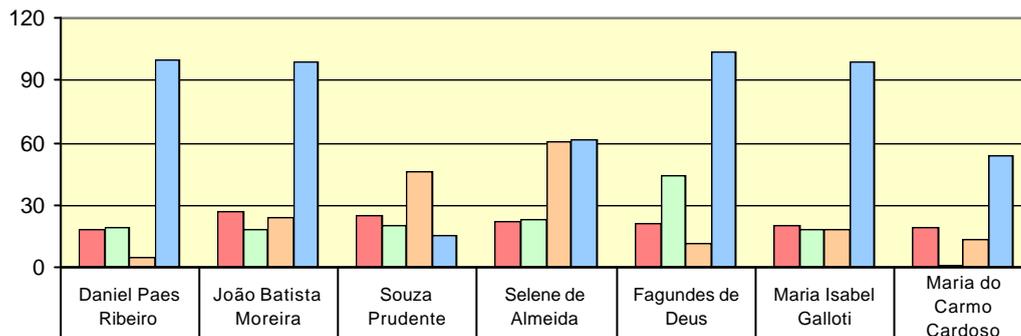
	Plauto Ribeiro	Olindo Menezes	Mário César Ribeiro	Luciano Tolentino	Cândido Ribeiro	Hilton Queiroz	Ítalo Mendes
Distribuídos	8	0	9	9	13	6	8
Desp. Terminativos Public.		6		2	3	1	5
Julgados			8	7		1	3
Acórdãos Publicados				3	1	3	6

(*) Dados enviados pela Subsecretaria da Corte Especial e das Seções - Sucse

** Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

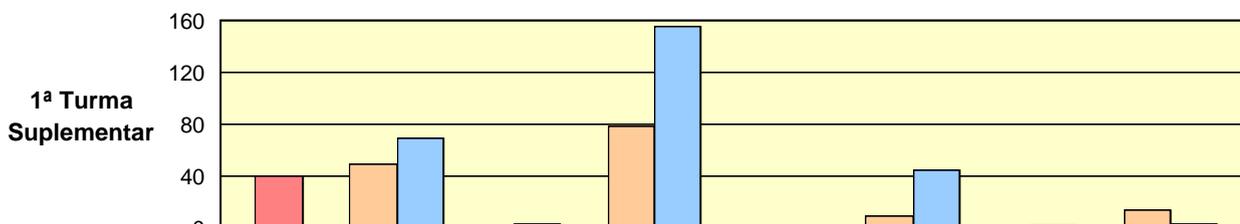


3ª Seção
Desembargador Federal
Presidente:
Antônio Ezequiel

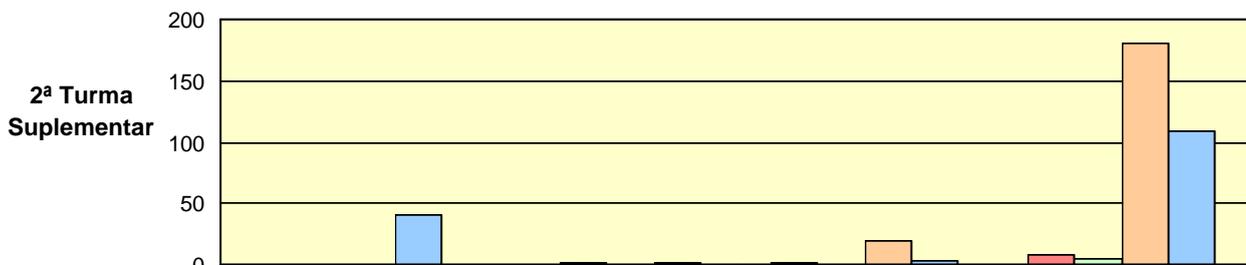


	Daniel Paes Ribeiro	João Batista Moreira	Souza Prudente	Selene de Almeida	Fagundes de Deus	Maria Isabel Galloti	Maria do Carmo Cardoso
Distribuídos	18	27	25	22	21	20	19
Desp. Terminativos Public.	19	18	20	23	44	18	1
Julgados	5	24	46	60	12	18	13
Acórdãos Publicados	100	99	15	61	104	99	54

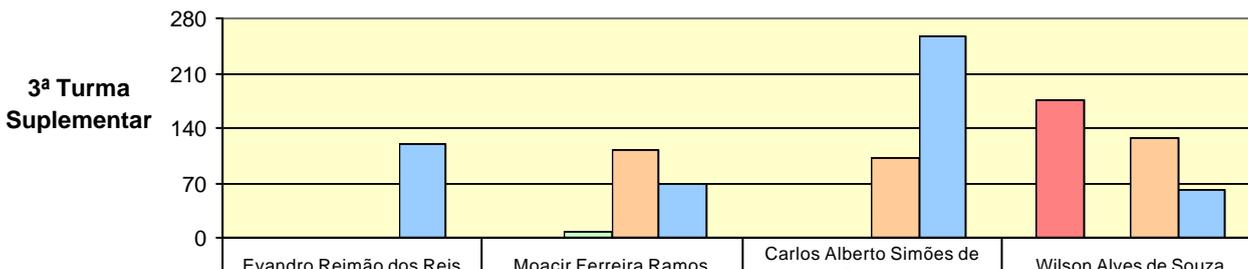
DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - JANEIRO E FEVEREIRO/ 2003*



	João Carlos Mayer Soares	Manoel José Ferreira Nunes	Francisco de Assis Betti	Antonio Claudio Macedo da Silva
Atribuídos	40	3		2
Desp Terminat Public.				
Julgados	49	79	9	14
Acórdãos Publicados	70	156	45	3



	Cândido Moraes	Vera Carla N. Oliveira Cruz	Ivani Silva da Luz	Leão Aparecido Alves
Atribuídos			2	8
Desp Terminat Public.		1		5
Julgados			20	181
Acórdãos Publicados	41	2	3	109



	Evandro Reimão dos Reis	Moacir Ferreira Ramos	Carlos Alberto Simões de Tomaz	Wilson Alves de Souza
Atribuídos		1		175
Desp Terminat Public.	1	8	1	1
Julgados		111	102	128
Acórdãos Publicados	119	70	256	62

(*) Dados enviados pela Central Executiva de Apoio Processual - Cenex

ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS - JANEIRO E FEVEREIRO/ 2003*

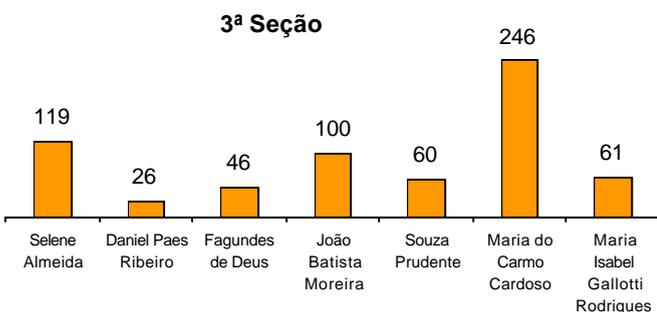
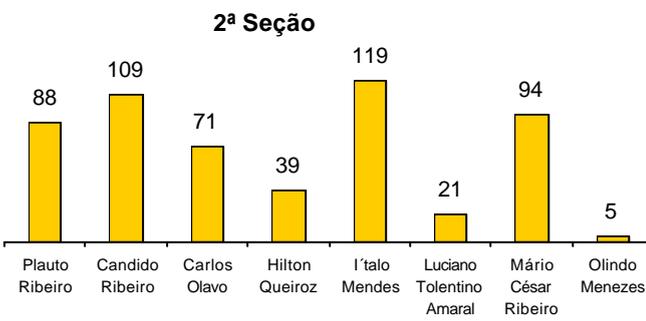
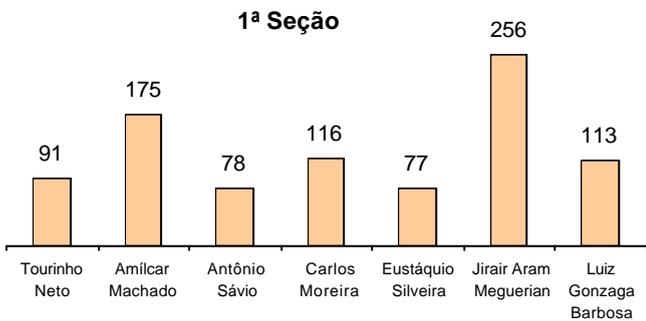
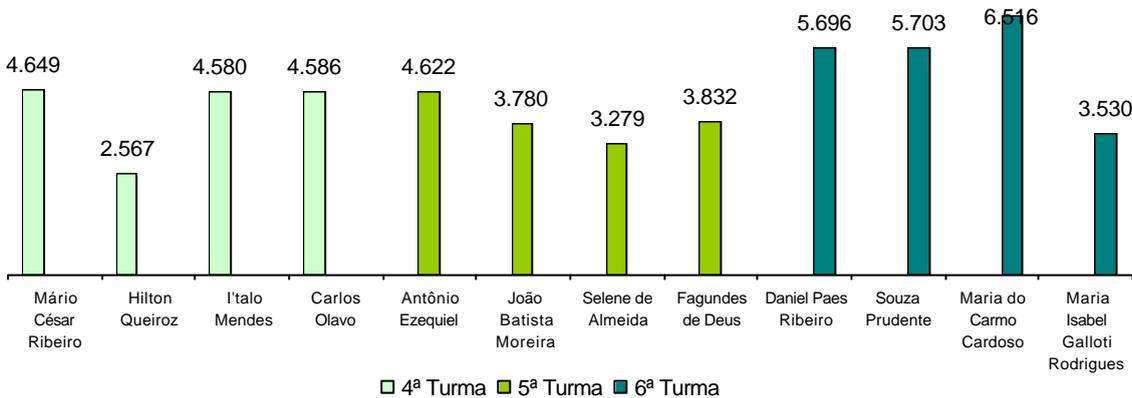
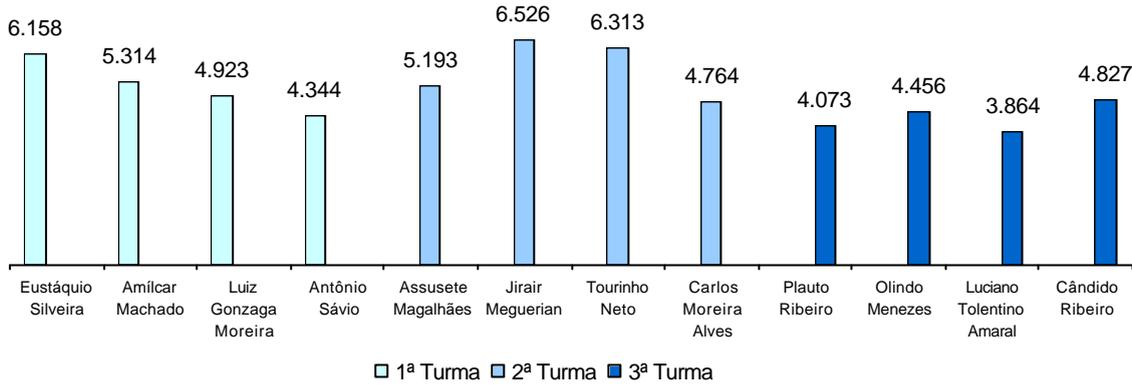
JUÍZES CONVOCADOS	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
IRAN VELASCO NASCIMENTO	2ª Turma	23	13	20
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	2ª Turma	1	1	14
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	3ª Seção	7	2	
	5ª Turma	28	102	
DANIELE MARANHÃO	5ª Turma		9	
EDUARDO JOSÉ CORRÊA	1ª Turma			1
MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES	1ª Turma			1
LINCOLN RODRIGUES DE FARIA	2ª Turma		1	
IVANI SILVA DA LUZ	4ª Turma			12
LINDOVAL MARQUES DE BRITO	3ª Seção			4
	5ª Turma			2
JAMIL ROSA DE JESUS	6ª Turma			21
	3ª Seção			2
SELENE ALMEIDA	6ª Turma	1		
LOURIVAL GONÇALVES DE OLIVEIRA	4ª Turma	1		
VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA	4ª Turma		2	120
ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS	6ª Turma			3
MOACIR FERREIRA RAMOS	6ª Turma			2
MARCUS VINICIUS BASTOS	6ª Turma	1		1

DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - JANEIRO E FEVEREIRO/ 2003*

DESEMBARGADOR FEDERAL	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
PRESIDENTE	1ª Seção	1		
	2ª Seção	1		
	3ª Seção	1		
	1ª Turma	2		
	3ª Turma	1		1
CARLOS FERNANDO MATHIAS	1ª Turma	1		
	2ª Turma			4
	3ª Turma			1
	4ª Turma	1		3
	5ª Turma	1		
	1ª Seção			
HERCULES QUASIMODO	2ª Turma		1	
ALOISIO PALMEIRA LIMA	1ª Turma			40
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	6ª Turma	1		
EUSTÁQUIO SILVEIRA	4ª Turma			7
CARLOS OLAVO	1ª Turma	2		
	3ª Turma	4		
	5ª Turma	4		
ITALO MENDES	2ª Turma	1		
	3ª Turma			2



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - FEVEREIRO 2003*



Representação Gráfica

Qual a melhor forma de apresentar dados e informações ao público em geral?

A simples tabulação, muito embora possibilite o agrupamento de grande número de dados, pode dificultar a visualização de eventos que, se comparados entre si, gerariam informações importantes.

Nesse sentido, a representação gráfica tem como principal vantagem informar, rápida e concisamente, sobre o comportamento de determinadas variáveis. E existem várias formas de se produzir a exposição gráfica. Uma das maneiras mais conhecidas é o gráfico de barras, onde a altura da barra é proporcional à ocorrência do evento, permitindo a comparação imediata dos valores analisados. No gráfico de linhas, por sua vez, normalmente se procura expressar o comportamento de determinada ocorrência ao longo do tempo. No gráfico de pizza, busca-se demonstrar a participação proporcional de certos conjuntos na totalidade do grupo, geralmente sob a forma de porcentagem. E como esses existem outros. Qual o melhor? Um bom gráfico é aquele que melhor se ajusta à informação que se deseja repassar ao leitor: Evoluções? Gráficos de linhas são boas sugestões. Comparações? Um gráfico de barras certamente é um bom ponto de partida. E assim sucessivamente.

UM LEÃO...

Heraldo Ramos

A empunhar a espada.
Efêmera visão
Ao poeta é deslumbrada...

A imponência
Destra e supremacia
É salutar elegância
De duelar e sorver poesia?!

Em postos ascende
Vasta inteligência
Onde transcende
Mister excelência

Um leão
A empunhar a espada.
Digna expressão
Empírica, consagrada.

A referência
Lega aos punhos fortes,
Real e expressa ciência:
Designar porte.

Um leão
A empunhar a espada...
Não é bajulação
É mero poema à pessoa honrada...

Poema em homenagem ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, extraído do livro de poesias do autor "A Lira de Pindobaçu", que foi publicado pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

Gente em Destaque

Evangelização e arte

O Tribunal possui servidores que, além de desenvolver suas tarefas com eficácia, ocupam-se de outras atividades nas poucas horas vagas.

Samuel Nunes dos Santos é Revisor na Divisão de editoração e faz parte do Agnus Quarteto, grupo de música cristã da Igreja Adventista do 7º dia. Ele toca, eventualmente canta e, sobretudo, compõe músicas para o grupo. Os instrumentos musicais por ele utilizados são violão e piano.

O quarteto tem planos de lançar um CD para este ano, com músicas compostas por Samuel e com arranjos de voz feitos por ele e por Adriano Seabra, que são o baixo do grupo.

Samuel lembra-se de ter feito suas primeiras composições aos 17 anos, período marcante para ele, quando compunha músicas populares. Ele recorda que iniciou seus escritos com abordagem mais introspectiva, passan-

do a um período de composição mais crítica. Após os 22 anos, considera seu trabalho mais reflexivo.

O artista gosta muito das atividades que realiza no grupo e as vê como forma de expressão, como fotografia, dele ou das suas idéias, de como vê o mundo.

Samuel foi servidor da Justiça Federal a partir de 1992 e do Tribunal desde 1997. Já trabalhou na Presidência e, desde 1999, é revisor na Divisão de Editoração (Died), além de ter sido substituto da Diretora da Divisão por dois anos.



“As músicas que escrevo não são propriamente minhas, são dadas por Deus para que seja realizada uma obra de evangelização, tanto é que componho, geralmente, quando estou em sintonia maior com Deus, mais próximo dele”



Bem-me-querero

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

Piauí

SEXTA FEIRA INFORMAL MOMENTO DE INTEGRAÇÃO E LAZER

Na última sexta-feira de cada mês, o PGQVT promove a Sexta Feira Informal na Seccional do Piauí. É um projeto ousado e que visa, precipuamente, promover a integração entre servidores e magistrados.

No ano de 2002, o PGQVT apostou no projeto, e quem saiu vitorioso foi o corpo de magistrados e servidores. Em toda a história da Seccional, nunca se obtiveram índices tão elevados de participação e integração dos que fazem a Seção Judiciária do Piauí, onde a qualidade de vida e Trabalho mudou para melhor.

E, em 2003, não poderia ser diferente... A Sexta Feira Informal voltou com força total...

No dia 28 de fevereiro, o espaço foi aberto para a apresentação do novo Diretor do Foro, oportunidade em que ele apresentou as metas de trabalho para o biênio 2003/2004 e declarou total apoio às atividades a serem desen-

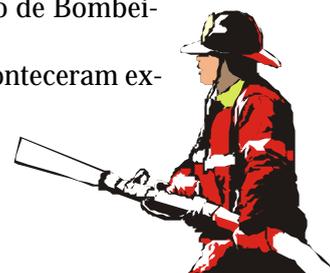
volvidas pelo Programa.

Na ocasião, também, o Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis, recém-chegado na Seccional, foi apresentado aos jurisdicionados piauienses.

Após, magistrados e servidores participaram de uma aula prática sobre incêndio em edifícios, ministrada por um oficial do Corpo de Bombeiros.

Durante todo o evento, aconteceram exposições de livros jurídicos, de bijuterias e informações sobre os principais pontos turísticos do Estado.

Para finalizar, a tradicional homenagem aos aniversariantes do mês.



Bahia

CAMPANHA DE VACINAÇÃO NA BAHIA

A campanha de vacinação realizada pelo Pro-Social da Seção Judiciária da Bahia nos dias 21 e 22 de janeiro foi um sucesso. No total, 246 pessoas, entre juízes, servidores e colaboradores, foram imunizadas contra a Febre Amarela, o Tétano, a Difteria, a Coqueluche e a Hepatite B. A aplicação foi feita pela equipe de profissionais do Posto de Saúde da comunidade de Suçuarana, bairro onde está situada a sede da Seccional. Tendo em vista que



as doses deverão ser repetidas para completar o esquema vacinal, em breve, a campanha estará de volta.

Tocantins

PROGRAMAÇÃO PARA 2003

No dia 17 de fevereiro houve reunião com o Diretor do Foro da Seção Judiciária, o qual nos deu todo o apoio na programação esperada para 2003. A primeira delas, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, foi um desfile de modas dentro do prédio da Seccional. O Comitê já está formado, e algumas pessoas passaram a integrá-lo com o intuito de que seja feito um trabalho ainda melhor.

Rondônia

CAMINHADA PELA PAZ

Aproveitando as comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Seção Judiciária de Rondônia, juntamente com seus parceiros, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Tribunal Regional do Trabalho e Associação dos Servidores da Justiça Federal-RO, promoveu, no dia 7 de março, no Espaço Alternativo, em Porto Velho, uma caminhada com o tema Justiça pela Paz.

O evento teve o patrocínio do Banco do Brasil para a confecção das camisetas, da TCO para as faixas, da Prefeitura Municipal de Porto Velho, que cedeu um caminhão de som, da Uniron (faculdade particular), do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia-Sindur e do Fórum Popular de Mulheres de Rondônia. Além da homenagem às mulheres, objetivou-se ainda chamar a atenção da comunidade para a questão da Paz Mundial, repudiando-se a ameaça de guerra que paira sobre o Planeta.

Cerca de 50 mulheres, entre servidoras, prestadoras de serviço e estagiárias, participaram da caminhada. Ainda estiveram presentes o Juiz Federal Mark Yshida Brandão e o Diretor da Secretaria Administrativa, Érico de Souza Santos. Aconteceram sorteios, dança do ventre e apresentação humorística do servidor João Pinto.

Teste seus conhecimentos:

Por Márcia M. Barroso

Onde não existe adequação de uma palavra ao contexto:

- O advogado compareceu à sessão despercebido completamente. Não conseguiu comprovar o que alegara.
- O seu texto ficou inteligível. Todos irão compreendê-lo perfeitamente.
- Como sói ocorrer, a minha estadia naquele hotel foi bastante tranqüila.
- Ele possui uma aversão figadal àquele indivíduo.
- O juiz infligiu ao réu uma pena rigorosa pela infração que este cometeu.

Uma palavra foi escrita erroneamente com ou sem acento gráfico em:

- Destruir uma imagem é fácil; reconstruí-la é muito difícil.
- A Vadiice não alcança a Conquista.
- Somente os que não têm competência temem os que a possuem.
- Equívoco de pequenos, defeito; de grandes, lápso.
- As raízes não se apodrecem com pouca chuva.

Resposta: c e d

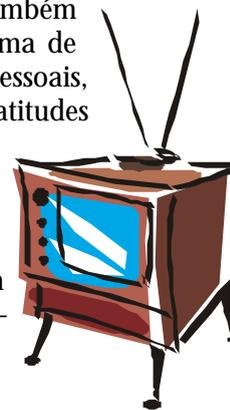
Minas Gerais

JUSTIÇA SOLIDÁRIA

O PGQVT inicia 2003 convidando a todos os magistrados e servidores da Justiça Federal em Minas Gerais para participarem da comissão "Justiça Solidária", que, sob a supervisão do Comitê Executivo do PGQVT, ficará encarregada de planejar e executar campanhas de solidariedade durante todo este ano. A proposta é reunir pessoas interessadas na questão para propor ações, projetos e programas que motivem a família da Justiça e a instituição Justiça a participarem ativamente das campanhas. Quem tiver interesse em participar poderá mandar idéias e sugestões para o e-mail pgqvt@mg.trf1.gov.br. Para quem quiser ajudar diretamente as instituições, o PGQVT lembra que foi criado um site, www.voluntarios.com.br, onde é possível obter informações sobre o voluntariado no Brasil e uma lista de entidades que aceitam e precisam de ajuda nas principais cidades brasileiras. Acerca de algumas dessas instituições o PGQVT já fez pesquisas; São elas: em Belo Horizonte, o Hospital Sofia Feldman, o Fundo Cristão para Crianças, a Associação Mineira de Reabilitação-AMR, o Centro Salesiano do Menor-Cesam, a Associação Municipal de Assistência Social-Amas; em Juiz de Fora, a Fundação Ricardo Moysés Júnior; em Uberaba, o Projeto João de Barro; em Uberlândia, a Central de Voluntariado de Uberlândia.

ÉTICA NA TV

Na busca por um mundo melhor, também há a necessidade de combater toda forma de incentivo à violência, aos conflitos interpessoais, à intolerância, ao preconceito e a outras atitudes e ideologias de degradação do ser humano. Por isso, o PGQVT em Minas Gerais está engajado na campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", que orienta os telespectadores a escolherem programas de televisão inofensivos à sociedade e a não comprar produtos dos patrocinadores desses programas, para que se force a presença da ética na TV.



Membros do Comitê do PGQVT

Adelaide Rodrigues (SJDF)
 Agnaldo Dias e Walemberg Inácio (Diseg)
 Andréa Ghisi e Juliana Espíndola (Asrep)
 Etiene Gomes e Magnaldo Timo (Ascom)
 Felipe Lemos e Daniela Dutra (Didor)
 Geraldina Calazans (Dipla)
 Iracy Moreira e Mônica Cunha (Diasu)
 José Carlos e Nádia Barbosa (Direh)
 Maura Carvalho e Eliete dos Santos (Diben)
 Conceição Carvalho e Ruth Maria (Diben)
 Sérgio Faria (Gabin)



1º Concurso de Fotografias já tem vencedores

No dia 13 de março foi divulgado o resultado do I Concurso de Fotografias do TRF-1ª Região, que se dividiu em duas categorias: Gente e Paisagem. O Desembargador Federal Antônio Ezequiel presidiu a Comissão Avaliadora dos trabalhos, que se reuniu dia 12, de 10 às 12h, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal. Além do Presidente, integraram a Comissão os fotógrafos profissionais Tatiana Rehbein e Mauro Burlamaqui, um representante dos servidores, Manoel Irineu Maia Duarte, e um membro do PGQVT, José

Carlos Viana.

Na ocasião, duas fotos foram destacadas pelos avaliadores com Menção Honrosa: “Trocando Olhares”, de André Sampaio da Silva, e “São Tricampeãs”, de Ana Celina da Cunha Neves, servidora da Seção Judiciária do DF.

A premiação para os ganhadores foi a seguinte: primeiro lugar, R\$ 2.000,00; segundo lugar, R\$ 1.000,00; e terceiro lugar, R\$ 500,00. Tanto para a categoria gente quanto para a categoria natureza.

	CATEGORIA NATUREZA	CATEGORIA GENTE
1º lugar	Rosângela Evangelista (servidora do TRF-1ª Região – Secbe/Divaf) Foto: Fila Indiana	Euvaldo Pinho (servidor da Seção Judiciária da Bahia) Foto: Marcas do Tempo
2º lugar	Mauro Puttinni (servidor do TRF-1ª Região – Gabinete do Desembargador Federal Plauto Ribeiro) Foto: Varal	Cleide do Socorro Azevedo Pereira (servidora da Seção Judiciária do Pará) Foto: Menina Marajoara
3º lugar	Paulo Sérgio Campos Teixeira (servidor da Seção Judiciária da Bahia) Foto: Menino do Sol	Waldemar Medeiros Freitas (servidor da Seção Judiciária da Bahia) Foto: Meninos

Menção Honrosa

André Sampaio



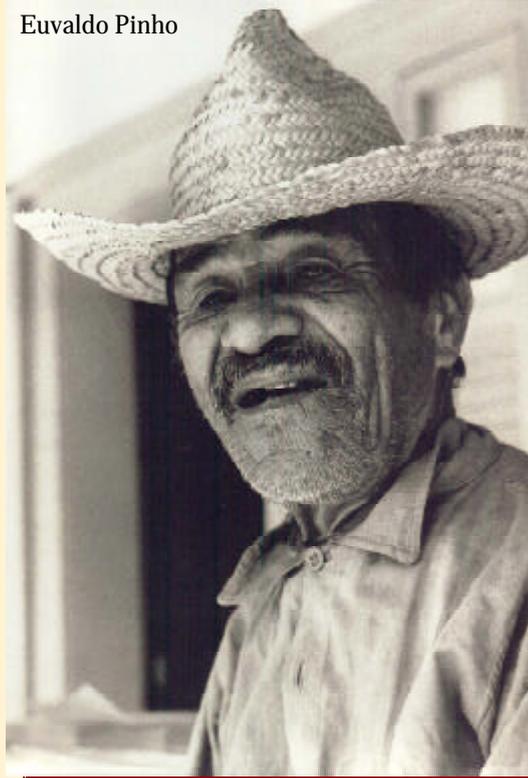
Trocando Olhares

Ana Celina da Cunha



São Tricampeãs

Euvaldo Pinho



1º

I
u
g
a
r

Marcas do Tempo

Cleide do Socorro Azevedo

2º

I
u
g
a
r



Menina Marajoara

Waldemar Medeiros Freitas



3º

I
u
g
a
r

Meninos

Categoria: NATUREZA

1º
l
u
g
a
r



Rosângela Evangelista

Fila Indiana

Mauro Puttinni



2º
l
u
g
a
r

Varal

3º
l
u
g
a
r



Paulo Sérgio Campos

Menino do Sol